

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS (UFGD)**

Prof. Jones Dari Goetttert
Reitor

Prof.^a Claudia Gonçalves de Lima
Vice-Reitora

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA (FACE)**

Profa. Jane Corrêa Alves Mendonça
Diretora da Faculdade

Prof. Enrique Duarte Romero
Vice-Diretor da Faculdade

Prof. Narciso Bastos Gomes
Coordenador do Curso

Prof. José Jair Soares Viana
Vice-Coordenador do Curso

COMISSÃO RESPONSÁVEL

Este Projeto Pedagógico de Curso é resultado de um esforço coletivo que contou com o trabalho efetivo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e a participação de todos os professores efetivos do curso de Administração da UFGD

Coordenador do Curso: Prof. Narciso Bastos Gomes

Vice-Coordenador do Curso: Prof. José Jair Soares Viana

Membros do Núcleo Docente Estruturante:

Prof. Narciso Bastos Gomes (Presidente)

Prof. Amilton Luiz Novaes

Prof. Eduardo Luis Casarotto

Prof. Fábio Mascarenhas Dutra

Prof. José Jair Soares Viana

Prof.^a Jane Corrêa Alves Mendonça

Prof. Paulo Sérgio Vasconcelos

Prof.^a Vera Luci de Almeida

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. HISTÓRICO DA UFGD	7
1.2. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO	8
1.3. HISTÓRICO DO CURSO	10
1.4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO - ATUAÇÃO DO COORDENADOR	12
1.5. COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	14
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
3. OPORTUNIDADES AO ESTUDANTE	17
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA	19
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
5.1. CONTEXTO EDUCACIONAL	21
5.2. OBJETIVOS DO CURSO	21
5.3. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	22
5.3.1. Competências Ensejadas do Egresso	24
5.3.2. Habilitações do Profissional Graduado em Administração da UFGD	25
5.4. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR PARA CONCLUSÃO DO CURSO	25
5.5. ESTRUTURA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES	27
5.5.1. Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares	27
5.5.2. Estruturacurricular	29
5.5.2.1 Disciplinas optativas	31
5.5.3. Distribuição da carga horária conforme os grupos previstos na Resolução CNE/CES nº 02/2007	34
5.6. ATENDIMENTO AOS TEMAS, CONTEÚDOS E ASSUNTOS OBRIGATÓRIOS (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS; LIBRAS ETC.)	35
5.7. METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	36
5.8. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	43
5.8.1. Estágio Curricular Supervisionado	43
5.9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	45
5.10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	45
5.11. EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR	46
5.11.1. Políticas de Extensão e Cultura da UFGD	46
5.11.2. Curricularização da extensão	47
5.12. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	52
5.12.1. Ementa de Eixos Comuns à Universidade (Componentes Curriculares Comuns à Universidade)	52
5.12.2. Ementas e bibliografia de disciplinas optativas	55
5.12.3. Ementas e bibliografia das disciplinas comuns à área e específicas do curso	58
6. APOIO AO DISCENTE	89
6.1. AÇÕES E PROGRAMAS DA UFGD EXTENSIVOS AOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	89
6.1.1. Auxílio Alimentação	89
6.1.2. Auxílio Creche	89
6.1.3. Auxílio Emergencial	89
6.1.4. Atendimento Psicossocial	90
6.1.5. Bolsa Permanência UFGD	90
6.1.6. Bolsa Permanência MEC	90
6.1.7. Brinquedoteca	91
6.1.8. Esporte e Lazer	91
6.1.9. Mobilidade Internacional	92
6.1.10. Moradia Estudantil	92
6.1.11. Incentivo a Participação em Eventos Acadêmicos	92

6.1.12. Restaurante Universitário.....	92
7. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO E AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS.....	94
7.1. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	94
7.2. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	96
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Corpo Docente do Curso de Administração.....	15
Quadro 2 - Perfil do corpo docente do curso – Base 2022.....	15
Quadro 3 - Rol das Disciplinas Comuns à Universidade.....	27
Quadro 4 - Componentes curriculares exigidos para a conclusão do curso.....	30
Quadro 5 - Rol de Disciplinas Optativas oferecidas pelo curso.....	32
Quadro 6 - Resumo geral da estrutura curricular.....	32
Quadro 7 - Rol de Disciplinas com Pré-Requisitos.....	33
Quadro 8 - Equivalência de Disciplinas do Curso de Administração.....	33
Quadro 9 - Núcleo de formação básica.....	34
Quadro 10 - Núcleo de conteúdos profissionais.....	34
Quadro 11 - Núcleo de formação específica.....	35
Quadro 12 - Temas e conteúdos obrigatórios.....	35
Quadro 13 - Relação das diferentes metodologias de avaliação da aprendizagem no curso.....	98

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso de Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pauta-se nos dispostos da Portaria Ministerial nº. 4.450/2005 – DOU 246, de 23.12.2005, nos Pareceres do CNE/CES nº. 329/2004 e nº. 023/2005, na Resolução CNE/CES nº 02/2007 e na Resolução nº. 54/2013, de 03 de junho de 2013, do Conselho Universitário (COUNI) e do Conselho de Ensino Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC) da UFGD e nas DCN do curso de Administração Aprovada pela Resolução da CNE nº 05 de 14/10/2021.

Este documento constitui o balizador da formação do Bacharel em Administração formado pela UFGD, adequado às necessidades de profissionais capazes de atuar nas organizações e promover o desenvolvimento regional e local, com o desenvolvimento das competências próprias da profissão ensejadas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, dispostas pela Resolução nº. 04/2005 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 13/07/2005, substituída pela Resolução nº 05 do CNE de 14/10/2021.

Considera-se a construção deste PPC como um processo evolutivo e participativo, que envolve *feedback* da comunidade acadêmica e da sociedade, o qual reflete a necessidade de reavaliação periódica para fornecer respostas ajustadas às necessidades sociais e empresariais.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Histórico da UFGD

Na década de 1970, o Estado de Mato Grosso possuía duas Universidades Públicas, a Federal de Cuiabá e a Estadual de Mato Grosso (UEMT), com sede em Campo Grande. Por meio da Lei Estadual nº 2.972, de 02 de janeiro de 1970, foi instituído o Centro Pedagógico de Dourados (CPD), vinculado a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

O CPD, que seria o embrião da UFGD, foi inaugurado em 20 de dezembro de 1970, o funcionamento de suas atividades iniciou em fevereiro de 1971, com os cursos de Letras e Estudos Sociais. O CPD foi o primeiro e, até o final da década de 1970, o único centro de ensino superior existente na região de Dourados. Com a divisão do estado de Mato Grosso e a consequente implantação do estado de Mato Grosso do Sul (em 01 de janeiro de 1979) a UEMT foi federalizada, transformando-se na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Com a federalização da antiga UEMT os centros pedagógicos passaram a ser denominados centros universitários, surgindo assim a sigla CEUD (Centro Universitário de Dourados), pela qual o antigo CPD seria designado e ficou conhecido até 2005, quando é criada Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) pelo desmembramento do campus do CEUD da UFMS.

Em 1977, foi criado no CPD o curso de Agronomia (implantado em 1978), sendo instalado em um terreno de 90 hectares, distante 12 km do centro de Dourados. Neste local foram construídos laboratórios, salas de aulas, salas administrativas, salas para os docentes, cantina, galpão para maquinários e implementos agrícolas. Este local mais tarde seria denominado como “Unidade II da UFGD”, local que abriga a maioria dos seus cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Dessa forma a UFGD, instituição fruto de uma histórica aspiração da comunidade da região da Grande Dourados, apesar de ser uma instituição relativamente “jovem”, possui uma história iniciada ainda nos princípios da década de 1970, criada por desmembramento da UFMS, herdou uma estrutura acadêmica de graduação rica e complexa. Em 2005, ano da sanção presidencial para a Lei 11.153, o Campus de Dourados possuía 12 cursos de graduação (Agronomia, Letras, História, Geografia, Matemática, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Medicina, Direito, Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia).

Em 2006, no processo de implantação da UFGD, foram criados os seguintes cursos de Graduação: Ciências Sociais, Gestão Ambiental, Licenciatura Intercultural Indígena "Teko Arandu", Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção e Zootecnia. Com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2009, foram criados os cursos de: Ciências Econômicas, Nutrição, Engenharia Agrícola,

Engenharia de Energia, Educação Física, Biotecnologia, Psicologia, Artes Cênicas e Relações Internacionais.

Em 2013, fazendo parte do projeto de expansão da Universidade, foi possível a implantação do curso de graduação a distância Letras-Libras, e em 2014, os cursos Educação do Campo, Engenharia Civil, Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica e Física.

No que se refere a Pós-Graduação stricto sensu, de 2007 a 2020 foram implantados mais 20 cursos de mestrado e 10 cursos de Doutorado. Salienta-se ainda que em 2021 foi implantado o mestrado em Ensino de Ciências e Matemática e em 2022 entrará em funcionamento o mestrado profissional em Geografia.

Quanto ao Ensino à Distância, desde 2009 a UFGD iniciou a articulação para a disponibilização desta modalidade de ensino, sobretudo em decorrência do termo de adesão ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. Sendo assim, por meio da articulação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram implantados em 2012 os cursos de Licenciatura em Computação e de Pedagogia; no ano de 2013 o curso de Administração Pública e, em 2014, o curso de Física, todos por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em 2021 foram implantados os cursos de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física. Ao todo, atualmente, a UFGD atende a 10 polos de Educação a Distância (Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Costa Rica, Japorã, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste).

1.2. Necessidade social do curso

A necessidade social do Curso de Administração na UFGD está diretamente relacionada a demanda por cursos que possam formar profissionais com o perfil desejado para atuar nos negócios organizacionais no contexto local, regional, nacional e internacional com competências para atuar em diferentes áreas da indústria, comércio e serviços, OSCIP, instituição de ensino, assessorias, perícias e pesquisas para promover o empreendedorismo e a inovação, uma vez que devido à complexidade da gestão das organizações, o surgimento de novas modalidades de negócios e, os desafios ambientais que a cada dia instigam os empreendedores a manterem a sustentabilidade e a vantagem competitiva. Nesse contexto, é comprovado que o profissional da administração, devido as suas competências, é necessário para atuar nessas organizações, independentemente de seu porte, origem, ramo ou tipo de negócio.

Dentre as constantes mudanças ocorridas no mundo, incluindo-se a globalização, as novas

gerações e os novos modelos de negócios, torna-se essencial, a formação de profissionais da administração visando não só atender às necessidades das organizações empresariais e industriais, mas também capaz de pensar no bem estar social, na sustentabilidade dos negócios e do planeta.

Assim, a exigência de um profissional da administração capaz de responder às realidades organizacionais e regionais, nacionais e internacionais não encontra barreiras para as oportunidades para o exercício da administração em Dourados, por ser esta uma região agropecuária e de fronteira, com grande potencial de crescimento local e regional, principalmente na oferta de serviços e da indústria de transformação.

O município de Dourados faz parte da região da Grande Dourados (território da cidadania). De acordo com estimativas do IBGE a região possui cerca de 838 mil habitantes, considerando o conglomerado de 30 cidades em três regiões (IBGE, 2021) Com população economicamente ativa de 78.227 pessoas (47.452 homens e 30.775 mulheres), Dourados tem como maior empregador o setor terciário (comércio e serviços) e, PIB Per Capita na ordem de R\$ 42.475,75 (IBGE, 2021) Assim, a tendência que se segue para os próximos anos é se ter um aumento de oportunidades em face da continuidade do desenvolvimento da região da grande Dourados. Neste sentido, notabiliza-se a necessidade de administradores responsáveis pela condução em todos os tipos de atividade econômica.

Dourados tem um potencial econômico que lhe possibilitou em 2019 o Produto Interno Bruto na ordem de R\$ 9.469.925,10, resultado de sua aptidão voltada para o agronegócio, serviços, indústrias e comércio, totalizando 7.165 unidades (empresas e outras organizações) que podem demandar profissionais competentes em diversas áreas de atuação, além das oportunidades nas 705 fundações privadas e associações e entidades sem finalidades lucrativas existentes na cidade. Em 2019, o salário médio mensal do pessoal ocupado e assalariado de 69.357 pessoas era de 2,5 salários mínimos e PIB per capita de 42.475,75 (IBGE Cidades, 2021), salário médio mensal que coloca a cidade na 14ª posição entre os 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul.

O quantitativo de matriculados no ensino médio em 2020, totalizando 34.719 matrículas é um indicador favorável para a demanda por cursos superiores na cidade e pelos cursos da Universidade Federal da Grande Dourados.

O século 21 caracteriza-se pelos desafios da globalização, internacionalização dos negócios e por novos modelos de negócios, requerendo profissionais com competências humanas, técnicas, conceituais adequadas para ser capaz de identificar oportunidades, solucionar problemas e tornar os negócios organizacionais sustentáveis. Nesse contexto a cidade de Dourados frente a sua vocação econômica e para os negócios existentes, requer profissionais da administração, capazes para desenvolver os processos que buscam o planejamento, organização, direção e controle das

realizações dos negócios, com vista a melhoria do atendimento, da execução e soluções dos problemas, tanto na esfera privada, pública ou não governamental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração, o Administrador é responsável pelos resultados das organizações, seja pública, privada e do terceiro setor. Na área de produção, ele controla a eficiência de cada etapa do processo e controla os equipamentos e o material a serem utilizados. Estuda a melhor utilização da mão-de-obra, para aumentar a produtividade. Define programas e métodos de trabalho, avalia resultados, corrige distorções e reavalia os serviços executados, quando necessário. Pode ainda atuar na seleção e admissão de pessoal e nas relações entre a empresa e seus colaboradores; igualmente, desenvolver atividades na área financeira, gestão de informações, desenvolvimento de estratégias organizacionais e soluções para novos negócios.

A Profissão do Administrador é regulamentada pela Lei nº 4.769 de 1965. Na verdade, as alterações da economia brasileira acabam estimulando o mercado profissional, no qual a competência e a versatilidade contam cada vez mais. Assim, a procura por profissionais da administração pelas organizações têm crescido no Brasil e os profissionais que atuam aumentado em ritmo acelerado nos últimos anos (CFA, 2011). Por isso, estudar em uma instituição conceituada é, muitas vezes, ponto decisivo para o sucesso profissional. Nesse contexto, o curso de Administração da UFGD firma seu compromisso em formar profissionais da administração com as competências recomendadas nas DCNs do curso e pelas necessidades das organizações locais e regionais, nacionais e internacionais. Destacam-se as possibilidades de mercado de trabalho para o Bacharel em Administração, formado pela UFGD.

1.3. Histórico do curso

O Curso de Bacharelado em Administração da UFGD, código nº 21540, junto ao Ministério da Educação, é um dos três cursos de graduação em funcionamento na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD. Foi criado, no Campus de Dourados, pela Resolução nº. 25 de 27 de julho de 1999, do Conselho Universitário (COUNI) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), tendo entrado em funcionamento em 2000, com duração para integralização mínima de cinco anos e formado a sua primeira turma em 2005. Em 2006 com o processo de implantação da UFGD, passou a constituir o seu rol de cursos ofertados. Teve seu reconhecimento pela Portaria MEC nº 4.450 de 22/12/2005 e a Renovação de Reconhecimento pela Portaria MEC nº 124 de 09/07/2012.

Desde a sua criação o curso de Administração da UFGD é ofertado na modalidade presencial e no período noturno de segunda à sexta e sábado nos períodos matutino e vespertino

Está estruturado para ser integralizado em oito semestres, com carga horária total de 3.680 horas/aula, conferindo a formação de Bacharel em Administração. A sua matriz curricular está organizada de forma permitir que o corpo discente, por meio das disciplinas possam integralizar sua carga horária e obter o grau de bacharel no tempo mínimo de 4 anos. Tem regime semestral de matrícula por componente curricular.

Em 2014, com a reformulação do PPC, o tempo mínimo para a integralização do curso passou para quatro anos, com carga horária de 3.060 horas (3.672 h/a) completando 23 anos de funcionamento em 2022. Ofertando 50 vagas anuais, tem graduado com êxito um significativo número de alunos que hoje atuam em diferentes áreas e ramos de negócio na cidade de Dourados e região.

A partir de 2022 com a creditação de 10% da carga horária de Extensão Universitária na estrutura do curso, em atendimento a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, a carga horária do curso passa a ser 3.067 h (3.680/aula).

Durante o período de existência do curso, diversas ações de ensino, pesquisa e extensão foram promovidas, tais como: Simpósio de Administração e Economia - SIMAE, visitas técnicas, projetos de ensinos, Workshop de Ensino, Pesquisa e Extensão, ciclo de palestras, publicações de trabalhos científicos em congressos e revistas, dentre outras ações de ensino, apoio a implantação de empresa júnior, parcerias empresariais, convênio de estágios e incentivos às atividades complementares.

Em termos evolutivos, o contínuo fortalecimento das condições de oferta do curso de administração tem incrementado as possibilidades para os estudantes, a interdisciplinaridade e o maior entendimento da realidade social. Assim permitindo a ampliação dos grupos e projetos de pesquisa e consolidado o perfil de universidade voltada para fortalecimento da área tecnológica, para o desenvolvimento regional, implantação de novas tecnologias, como também para o desenvolvimento humano e social e regional

Estrutura Administrativa do curso de Administração, frente a sua proposta pedagógica, tem acompanhado as mudanças e evoluções regionais, regulatórias e as tendências e desafios para os profissionais da Administração, atualizando o seu projeto pedagógico. E para atender as necessidades regionais, periodicamente faz revisão de seu projeto pedagógico.

Os dados dos ciclos avaliativo disponível pelo MEC relativo ao ano de 2018, indicam a qualidade do Curso com a obtenção da nota 4 no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e Conceito Preliminar de Curso (CPC) nota 4. Nesses conceitos, o curso é considerado como muito bom. Quanto à procura pelo curso nas edições dos vestibulares da UFGRD, o curso tem

se destacado como um dos cursos com maior número de inscritos para o vestibular.

Em relação ao egresso, verifica-se que os profissionais formados no curso têm se colocado no mercado durante a permanência no curso e outros logo após a conclusão do curso, tanto na cidade de Dourados quanto em cidades da região da Grande Dourados ou em outros estados brasileiros.

Na cidade de Dourados, empresários e instituições de negócios, tem procurado com frequência a FACE para firmar convênios de cooperação técnica e para a oferta de estágio não curricular, empregos e programas de trainee.

1.4. Administração Acadêmica do curso - Atuação do Coordenador

Tendo em vista a estrutura administrativa sob a forma de Faculdades, todas as decisões tomadas no curso devem ser aprovadas no Conselho Diretor da Faculdade e demais instâncias da UFGD, conforme o grau de implicação da mudança. Assim, no dia a dia, as questões relativas ao curso são discutidas e as decisões, manifestadas sob a forma de pareceres emitidos pela coordenação e o Núcleo Docente Estruturante do curso são encaminhadas para deliberação no Conselho Diretor, do qual o Coordenador do Curso de Administração é um membro nato.

Para as decisões deliberadas no Conselho Diretor são emitidas Resoluções, assinadas pelo seu Presidente que, de acordo com as normas da instituição, é atribuição do Diretor da FACE. Essas decisões são encaminhadas para deliberação no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – CEPEC – (instância máxima da UFGD em questões pertinentes ao ensino) e quando ultrapassam aspectos do ensino, são encaminhadas para deliberação no Conselho Universitário (instância máxima de deliberação na UFGD).

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral da UFGD, o Coordenador do curso de Administração é eleito entre seus pares para um mandato de dois anos, permitindo sua recondução. O Coordenador, no exercício do seu mandato deve atuar, com o apoio da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente estruturante (NDE) do Curso, juntamente com a Direção da Faculdade, para garantir a entrega de ensino público, gratuito e de qualidade para os estudantes vinculados ao curso de Administração. Nessa direção, deve fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, no que concerne às regras estipuladas para as coordenações dos cursos de graduação da FACE, expressas em seu regimento.

Assim, de acordo com o regimento da FACE, a coordenação do curso de graduação além do disposto no Estatuto e no Regimento Geral da UFGD, compete, segundo o Artigo 11:

- I. indicar ao Conselho Diretor o oferecimento, re-oferecimento ou desdobramento de

turmas, observada a legislação;

- II. acompanhar o desenvolvimento do processo didático-pedagógico do curso;
- III. sugerir ao Conselho Diretor mudanças nos mecanismos de aferição do rendimento acadêmico;
- IV. pronunciar-se sobre questões relacionadas aos acadêmicos matriculados no curso;
- V. opinar sobre assuntos relacionados ao ensino do curso; e
- VI. acompanhar os processos de avaliação do ensino-aprendizagem do curso.

Compete, também, segundo o Artigo 12 do Regimento da FACE aos Coordenadores dos Cursos de graduação, além do disposto no Regimento Geral e do Estatuto da UFGD:

- I. integrar o Conselho Diretor como membro nato;
- II. apresentar ao Conselho Diretor os resultados obtidos pelos acadêmicos para, quando for o caso, proceder a modificações curriculares;
- III. orientar os discentes quanto aos aspectos da vida acadêmica, tais como adaptação curricular, aproveitamento de estudos, trancamento de matrícula, opções e dispensa.
- IV. elaborar o horário de aulas, ouvindo os docentes do curso, conforme a lista de ofertas;
- V. zelar pela execução dos programas determinados na matriz curricular; e
- VI. orientar os docentes quanto às adequações, os ajustes e adaptações curriculares frente à diversidade e o processo de aprendizagem dos alunos.

Para auxiliar o Coordenador do curso, com base no Artigo 13 do Regimento da FACE, o Conselho Diretor, mediante resolução emitida pela sua presidência, comporá uma comissão permanente de apoio às coordenações dos cursos de graduação com 03 (três) docentes que exerçam atividades no curso, internamente denominada de Coordenadoria do Curso. O mandato dos membros desta comissão coincidirá com o do Coordenador do curso. Esta Comissão Permanente de Apoio à Coordenadoria de Curso, tem por atribuição e competências, além do previsto no Regimento Geral da UFGD:

- I. assessorar o coordenador em assuntos administrativos e didáticos; e
- II. assessorar o coordenador na execução das diretrizes e normas emitidas pelo Conselho Diretor.

Para as questões pertinentes às proposições de alterações no Projeto Pedagógico do Curso

(PPC), de acordo com o Parecer da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES) nº. 4 de 17 de junho de 2010, tratam de atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso. Não obstante, no decorrer do processo, as questões pertinentes são abertas para a participação de todos os docentes do curso, da própria faculdade, sendo recomendado ouvir estudantes vinculados ao curso, os egressos do curso, além da própria comunidade de modo que todos possam trazer suas contribuições para agregar valor ao curso de Administração ofertado pela FACE/UFGD.

Portanto, ao NDE do Curso compete o monitoramento da adequação do PPC em vigor no Curso. Desse modo, compete-lhe as iniciativas acerca de propostas de modificação curricular, as quais, são socializadas e discutidas com os docentes do curso. Assim, conforme seu regulamento, o NDE do Curso de Administração tem a atribuição de acompanhar, consolidar e atualizar o Projeto Pedagógico de Curso. Nesse âmbito, o NDE tem a prerrogativa de conduzir a atualização do PPC, consolidar o perfil profissional do egresso, zelar pela integração curricular interdisciplinar, desenvolver linhas de pesquisa e extensão, zelar pelo cumprimento das DCNs, avaliar os resultados das autoavaliações, dentre outras, para tomar medidas referentes às melhorias contínuas do curso.

O NDE do curso de Administração é composto por pelo menos seis docentes, mais o coordenador (seu presidente), e deve reunir-se, por convocação do presidente, ao menos uma vez por semestre, conforme regulamento específico, aprovado pelo Conselho Diretor da FACE.

Desse modo, o coordenador do curso de Administração deve ter Dedicção Exclusiva, graduação em Administração, titulação mínima de mestre e, preferencialmente, doutorado em Administração ou áreas afins. Além disso, o coordenador do Curso de Administração deve reservar um mínimo de 20 (vinte) horas semanais para exercer as atividades inerentes a seu cargo e a sua competência, como as atividades de rotina, do dia a dia do curso, como atendimento a estudantes, professores e questões de expediente, como também participação em órgãos colegiados, relações institucionais, contatos com outros cursos de graduação, além de conduzir o curso na busca da qualidade e do diálogo frequente junto ao corpo acadêmico da Universidade.

1.5. Composição do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Administração da UFGD é formado por 15 professores conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Corpo Docente do Curso de Administração

Docentes	Graduação	Maior Titulação
Amilton Luiz Novaes	Administração	Doutor em Geografia
Clandio Favarini Ruviaro	Zootecnia	Doutor em Agronegócio
Eduardo Luis Casarotto	Administração	Doutor em Administração
Erlaine Binotto	Administração	Doutora em Agronegócio
Fábio Mascarenhas Dutra	Administração	Doutor em Agronegócio
Jane Corrêa Alves Mendonça	Administração	Doutora em Administração
João Augusto Rossi Borges	Medicina Veterinária	Doutor em PhD Business Economics
José Jair Soares Viana	Administração	Doutor em Economia Aplicada
Luan Carlos Santos Silva	Administração	Doutor em Engenharia de Produção
Narciso Bastos Gomes	Administração	Doutor em Administração
Paulo Sérgio Vasconcelos	Ciências Econômicas	Doutor em Planejamento Energético
Régio Marcio Toesca Gimenes	Ciências Contábeis Ciências Econômicas	Doutor em Administração e em Engenharia de Produção e Sistemas
Rômulo Carvalho Cristaldo	Administração	Doutor em Administração
Tânia Cristina Costa Calarge	Administração	Mestra em Administração
Vera Luci de Almeida	Administração	Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento

No Quadro 2 é apresentado o perfil do corpo docente do Curso de Administração.

Quadro 2 - Perfil do corpo docente do curso – Base 2022

Referência	Frequência	%
Doutor(a)	14	93,3
Mestre(a)	01	6,7
Dedicação Exclusiva	15	100

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. Nome do curso: Administração

2.2. Local de Funcionamento: Unidade II — Rodovia Dourados-Itahum, km 12 — Cidade Universitária — Dourados — MS

2.3. Grau conferido: Bacharel em Administração

2.4. Habilitação/Habilitações: Não se aplica

2.5. Turno de Funcionamento: Noturno

2.6. Modalidade: Presencial

2.7. Regime de Matrícula: Semestral, por componente curricular

2.8. Duração do curso em carga horária obrigatória:

- a) Mínima do CNE: 3.000 horas.
- b) Carga horária do curso em horas-aula de 50 minutos: 3.680 horas-aula.
- c) Carga horária em horas-relógio: 3.067 horas.

2.9. Tempos de integralização do curso:

- a) Mínimo do CNE: 08 semestres/04 anos.
- a) Mínimo da UFGD: 08 semestres/04 anos.
- b) Máximo da UFGD: 12 semestres/06 anos.

2.10. Número de vagas (vagas iniciais ofertadas anualmente): 50 vagas anuais

2.11. Forma de ingresso (padrão): Processo Seletivo Vestibular e SiSU

2.12. Unidade Acadêmica de vínculo do curso: Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE)

3. OPORTUNIDADES AO ESTUDANTE

A UFGD é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, isto significa que os estudantes da UFGD fazem seus estudos sem a necessidade de gastos com mensalidades e taxas (não há pagamento pelo curso, nem taxa para realizar prova substitutiva ou para emissão de primeira via de documentos etc.).

Mas se a gratuidade é importante para garantir o direito a uma educação pública, também é importante que esta educação pública seja ofertada com qualidade.

Quando se fala em qualidade de ensino, a formação dos professores e a dedicação deles à carreira docente são pontos fundamentais, afinal professores com formação sólida e dedicados ao processo de ensino-aprendizagem fazem uma grande diferença na formação dos estudantes. Na UFGD, de um modo geral, mais de 95% dos professores possuem título de mestre ou doutor e mais de 91% possuem regime de trabalho de dedicação exclusiva, isto é, dedicam sua carreira e vida profissional exclusivamente ao ensino, à pesquisa e à extensão¹.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão também é importante quando se fala em qualidade da educação, pois esta relação proporciona aos estudantes da UFGD uma formação consistente, na qual o conhecimento não é meramente “transmitido”, mas sim construído de forma processual, em que a sala de aula, o laboratório e a atuação na sociedade desenvolvem-se conjuntamente. Destaca-se que no Brasil a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma característica muito própria (ainda que não exclusiva) das instituições de ensino superior organizadas como Universidade, como é o caso da UFGD, uma vez que as instituições organizadas como faculdades ou centros universitários não têm a obrigação de desenvolver o ensino, a pesquisa e extensão.

A infraestrutura de ensino da UFGD também merece destaque. Com salas de aulas equipadas com ar-condicionado e equipamentos multimídia, laboratórios específicos e de informática, anfiteatros, bibliotecas (físicas e digital), a UFGD busca disponibilizar aos estudantes as melhores condições materiais para o desenvolvimento das atividades acadêmico-pedagógicas.

Além disso, o estudante da UFGD regularmente matriculado possui a possibilidade de realizar em conformidade com a Lei do Estágio, estágio não obrigatório fora da instituição de ensino, isto é, em empresas, órgãos públicos, ONGs e profissionais autônomos da área, complementando assim sua formação educacional em situações reais de trabalho, com a garantia de recebimento de contraprestação pela atividade de estágio (geralmente na forma de bolsas pagas pelas partes que concedem o estágio), conforme estabelecido do Termo de compromisso de Estágio, firmado entre

¹ Dados de 2020. Fonte: UFGD, Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026, pp. 132 e 133

a concedente , estagiário e a UFGD.

O Curso de Administração da UFGD busca ter uma relação com a comunidade local de forma que é reconhecido pela qualidade do profissional de administração que forma e conseguem se colocar no mercado de trabalho, bem como os estagiários que conseguem se inserir nas organizações durante a permanência no curso, bem como a qualidade do curso reconhecida pelo seu corpo docente, resultados dos discentes no ENADE projetos desenvolvidos, pelo trabalho dos Estagiários e discentes contratados nas empresas e pela qualidade do curso como um todo, tanto pela proposta curricular, como pelo corpo docente atual, e por sua proposta curricular.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

- Lei nº 9.394/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 11.788/2008, dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.
- Decreto nº 9.235/2017, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Decreto nº 5.626/2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Portaria Normativa MEC nº 21/2017, dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.
- Resolução CNE/CES nº 05/2021 de 14/10/2021, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Administração.
- Resolução CNE/CP nº 01/2004, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CNE/CES nº 02/2007, dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CP nº 01/2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 02/2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Resolução CNE/CES nº 7/2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

- Resolução COUNI/UFGD nº 54/2013 (e suas alterações), que dispõe sobre formas de ingresso, eixos temáticos comuns no ensino de graduação, áreas de conhecimento, ocupação de vagas ociosas, carga horária de duração dos cursos, pré-requisitos, disciplinas eletivas, mobilidade acadêmica interna e dá outras providências.

- Resolução CEPEC/UFGD nº 53/2010 (e suas alterações), estabelece o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação.

- Resolução CEPEC/UFGD nº 123/2021, regulamenta institucionalmente o estágio para estudantes dos cursos de graduação da UFGD.

- Resolução CEPEC/UFGD nº 249/2021, que dispõe sobre a curricularização das atividades de extensão no âmbito da UFGD.

- Resolução CEPEC/UFGD N. 90 de 13 de julho de 2007, que aprova a alteração das Normas que regulamentam as ações de extensão da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.1. Contexto educacional

O curso de Administração tem como concepção a formação de Bacharel em Administração para atuar em diversos ambientes organizacionais na cidade de Dourados, regionalmente, nacionalmente ou até internacionalmente. Assim, o curso está estruturado em conformidade com as diretrizes nacionais da educação superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (DCNs), os regimentos internos da UFGD, do curso e da Faculdade de administração, Ciências Contábeis e Economia.

Busca-se no curso a formação do bacharel em Administração com o perfil e as competências esperadas para o egresso, conforme estabelecidas nas DCNs, incluindo as capacidades fundamentais descritas nessas diretrizes, coerentes com as necessidades regionais, regional, nacional ou global, utilizando-se de estratégias de ensino, currículo adequado e conteúdos que possam promover a formação do bacharel em administração que seja capaz de atuar em qualquer tipo de organização.

Além dos conteúdos obrigatórios, optativos e eletivos, outros conhecimentos e saberes considerados como necessários para uma sólida formação do bacharel em administração, o curso estimula o aluno a participação na iniciação científica, projetos de extensão, participação em empresa júnior, atléticas, atividades complementares, visitas técnicas, workshop de ensino, pesquisa e extensão, diálogos com empresários, aulas magnas e, principalmente o estímulo para cursar disciplinas eletivas em outros cursos da UFGD, de forma se apropriar e utilizar os espaço existentes para o ensino-aprendizagem na UFGD e para sua formação.

Assim, o curso de Administração da UFGD tem como finalidade construir e difundir o conhecimento e a ciência da Administração, contribuindo para a formação de administradores capazes de equacionar a relação empresa e mercado por meio de conhecimentos técnicos, habilidades, espírito empreendedor, visão sistêmica e posturas éticas empresariais tendentes ao fortalecimento da competitividade das empresas e à melhoria dos serviços públicos.

5.2. Objetivos do curso

O curso de Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) tem como propósito formar bacharéis em Administração, com os saberes, as competências, habilidades e atitudes sugeridas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração (DCNs) ensejando um

profissional com valores de comprometimento com a busca da excelência organizacional, da ética com senso de responsabilidade social, com visão crítica, construtiva e capacidade de empreender de forma inovadora os modelos de negócios organizacionais e operacionais para que sejam sustentáveis e dessa forma, possa ser capaz de contribuir efetivamente para desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

Para tanto, levou-se em consideração o perfil profissional pretendido para o egresso que, em síntese, propõe a partir de seu aprendizado, no decorrer do curso, seja um profissional eclético, aberto e ciente da necessidade de contínua busca por atualização acerca das novas práticas emergentes no campo do conhecimento da Administração, já possibilitada durante o curso mediante os ajustes realizados pelos professores-pesquisadores em conteúdos programáticos, nas atividades complementares, na extensão, nas disciplinas eletivas e, em especial, sob a forma de disciplina optativa, pelas quais instiga os estudantes à permanente busca de saberes necessários para seu exercício profissional nos diversos formatos organizacionais e nos diversos âmbitos de atuação, desde o local até o internacional.

Apenas a título de ilustração, constam na matriz curricular as disciplinas Administração Pública e Agronegócio, as quais, para além dos conhecimentos específicos dispostos em suas ementas, se propõem a despertar para essas duas possibilidades de atuação e especialização e coincidem com os Programas de Pós-Graduação ofertados pela FACE/UFGD: o PPG em Agronegócios (Mestrado e Doutorado) e o PPG em Administração Pública em Rede Nacional (Mestrado).

5.3. Perfil profissional do egresso

O mercado de trabalho para o Bacharel em Administração formado pela UFGD, englobam as possibilidades de atuar em diversas áreas e negócios de organizações privadas, públicas e do terceiro setor, que exercem atividades industriais, extrativistas, agroindustriais, de comércio e de serviços, bem como também ter desenvolver o aperfeiçoamento de suas competências, técnicas, humanas, prestar assessoria, consultoria, pareceres técnicos, podendo atuar como peritos, auditores, gestores, líderes, empreendedores do próprio negócio ou em organização privadas, públicas, organizações do terceiro setor e no ensino e na pesquisa.

O perfil do egresso além de estar estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação de Administração, é uma tarefa importante e dialogada no curso, para determinar o tipo de profissional que se deseja formar. Assim, uma vez definido esse perfil, procura-se estruturar o curso com as disciplinas e conteúdos, suas ementas, objetivos e procedimentos de ensino necessário para a formação do profissional com o perfil desejado.

Conforme as DCNs, o perfil do egresso no curso inclui o conjunto de competências gerais e específicas, conhecimentos, habilidades, saberes, ensejados pelo curso para a formação do profissional da administração, após a conclusão do curso. Assim, no curso, o perfil profissiográfico do egresso levar em consideração as diretrizes nacionais, uma vez que a formação do acadêmico nessas diretrizes deve ser expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer) e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o profissional está sendo preparado, seja local, regional, nacional ou global.

Assim, o curso propõe formar profissionais em consonância com as disposições do Art. 3º das DCNs que recomendam que o curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, um conjunto de competências gerais.

Destaca-se que as DCNs do Curso de Administração, inspiração para as competências dos egressos do curso ofertado pela FACE, já contemplam o idealizado para o curso. Para tornar efetivas o desenvolvimento das competências propostas e, com o intuito de ampliá-las, articuladas, por exemplo, com as necessidades locais e regionais, bem como para fins de atender a novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho da Administração, a matriz curricular, contempla, além das disciplinas obrigatórias, as disciplinas eletivas, um rol de optativas (em sua maioria com ementas e bibliografias em aberto), a faculdade dispõe de Empresa Júnior, apoiada pelos professores e pela sua gestão, os estudantes são incentivados a participar de projetos de pesquisa, sob a forma de iniciação científica, e de extensão, curricularizada, que compõe 10% da carga horária do curso.

Mais do que isso, embora as DCNs não estabeleçam obrigatoriedade, optou-se por incorporar tanto o Trabalho de Conclusão de Curso, como o Estágio Curricular Supervisionado, como componentes obrigatórios para integralização do curso, além de constarem na estrutura curricular, como obrigatórias, as disciplinas Pesquisa mercadológica, Elaboração e Análise de Projetos e Jogos de Empresas e Simulação (com vieses práticos) e Metodologia de Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas.

No subitem 5.3.1 são apresentadas as competências que se pretende do egresso do Curso de Administração da FACE/UFGD.

5.3.1. Competências Ensejadas do Egresso

Aderente ao que se pretende, consubstanciados na estrutura curricular e nas DCNs do Curso de Administração, as competências que pretende do egresso do curso são:

- I. Incorporar na sua formação conhecimentos fundamentais a sua atuação de administrador, sendo capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os negócios operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões regionais, sociais, econômicas e culturais;
- II. Abordar problemas e oportunidade de forma sistêmica, compreendendo o ambiente modelar e os processos com base em cenários, mediante a análise da interrelação entre as partes e os impactos nos negócios ao longo do tempo;
- III. Analisar problemas e oportunidades sob as dimensões humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeiro e internacional;
- IV. Analisar e resolver problemas, formulando problemas e/ou oportunidades, mediante a utilização das competências humanas para a solução com os usuários. Elaborar para a resolução dos problemas, hipóteses, analisando evidências disponíveis e diagnosticar causas prováveis, para elaborar recomendações de soluções métricas de sucessos passíveis de testes;
- V. Utilizar e aplicar técnicas analítica e quantitativas na análise de problemas e oportunidades, julgando a qualidade da informação, diferenciando a informação confiáveis de não confiáveis para a tomada de decisão, formulando problemas e suas soluções, de forma efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações;
- VI. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou qualitativa ou quantitativa necessárias para o atingimento do objetivo organizacional, julgando a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relação causais;
- VII. Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional, compreendendo o poder das tecnologias de forma que possa aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades para sustentabilidade dos negócios;
- VIII. Gerenciar recursos com eficiência, estabelecendo objetivos e metas, planejando e priorizando ações, controlando o desempenho; alocar responsabilidades e mobilizar pessoas para alcançar os resultados organizacionais desejados;
- IX. Ter relacionamento interpessoal, usando da empatia e de outros elementos que possam favorecer a construção de relacionamentos colaborativos, que possam facilitar o trabalho em times, bem como fazer a efetiva gestão de conflitos;
- X. Saber comunicar-se de forma eficaz, compartilhando ideais e conceitos, usando da

argumentação suportada por evidências e dados;

XI. Aprender de forma autônoma, adquirindo novos conhecimentos, desenvolvendo habilidade e aplicá-los em contextos e situações, com a preocupação ética para não usar dados para levar a interpretação equivocadas;

XII. Saber desenvolver projetos para identificar as causas dos problemas e apontar soluções para melhoria dos processos, da gestão e do clima organizacional; e

XIII. Atuar com visão holística e sistêmica, com olhar especial para as questões locais e regionais que possam interferir nos negócios organizacionais.

5.3.2. Habilitações do Profissional Graduado em Administração da UFGD

A Administração é uma atividade que se caracteriza pela natureza multidisciplinar, de conhecimentos advindos de vários campos de conhecimento, incluindo-se economia, sociologia, antropologia, psicologia, direito, matemática, contabilidade, dentre outros, que possibilitam a ao discente obter conhecimentos, saberes e desenvolver competências requeridas para o exercício da profissão.

O bacharel em Administração formado pela UFGD é um profissional habilitado para atuar em qualquer tipo de negócio em sua área de atuação e previstas no Código de Ética do Administrador, instituído pelo Conselho Federal de Administração, com as competências, habilidades e conhecimentos ensejadas nas DCNs e neste projeto pedagógico.

O Curso de Administração propõe formar Administradores para atuar em todas as formas de organizações, sendo possibilitado ao estudante no decorrer do curso direcionar os estudos para determinada área como por intermédio do Estágio Curricular Supervisionado, das Atividades de Extensão, Atividades Complementares e do Trabalho de Conclusão do Curso, por exemplo.

Não obstante, após obter o título de Bacharel em Administração, o egresso poderá se especializar e ou atuar em diferentes áreas, a saber: Negócios Agroindustriais; Comércio Exterior; Administração de Empresas; Análise de Sistemas; Administração Hospitalar; Administração de Recursos Humanos; Administração de Marketing; Ambiente; Turismo; Administração de Empresas Cooperativas; Administração de Micros; e Pequenas e Médias Empresas, entre outras especializações acadêmicas ou profissionais, incluindo-se as consultorias e assessorias internas ou externas.

5.4. Integralização curricular para conclusão do curso

As condições e os parâmetros acadêmicos para a integralização curricular por parte

do estudante e a consequente conclusão do curso em Administração seguem as disposições regulamentares da UFGD. Assim, para a conclusão do curso o estudante deverá cumprir a carga horária total do curso, bem como cumprir, com aprovação, os componentes curriculares mínimos exigidos, dentro do tempo máximo de integralização estabelecido neste Projeto Pedagógico, considerando:

a) Que os componentes curriculares mínimos exigidos são as disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, disciplinas eletivas e as atividades acadêmicas específicas dispostas no Quadro 4 constantes no subitem 5.5.2 deste Projeto Pedagógico, a saber: Trabalho de Conclusão de Curso; Estágio Curricular Supervisionado; e Atividades Complementares; e

b) Que a carga horária de um determinado componente curricular é computada, para fins de integralização curricular, em sua totalidade, quando o componente é cursado com aprovação ou aproveitamento.

É importante esclarecer também que pelo fato de o regime de matrícula da UFGD ser por componente curricular e não em regime seriado, o estudante do curso de graduação em Administração, não por acaso, possui uma relativa autonomia na construção de seu itinerário formativo e, por esta razão, não é possível estabelecer uma semestralização rígida dos componentes de forma prévia e única. Assim, a semestralização apresentada na estrutura curricular deste Projeto Pedagógico é considerada como ideal e objetiva apresentar um itinerário formativo de referência, por meio do qual, caso seja cumprido pelo estudante, torna-se possível a conclusão do curso de graduação dentro do tempo mínimo de integralização curricular.

Pelos mesmos motivos - quais sejam: matrícula por componente curricular com relativa autonomia na construção do itinerário formativo - há a possibilidade de o estudante adiantar o cumprimento de componentes curriculares com suas respectivas cargas horárias e, desse modo, concluir o curso de graduação em até dois anos em tempo inferior àquele estabelecido como tempo mínimo para integralização curricular.

Por fim, para conclusão do curso, além da integralização curricular, o estudante também deverá estar em situação regular junto ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), tendo em vista que o exame é considerado componente curricular obrigatório dos cursos de graduação do País, conforme o Art. 5º, § 5º, da Lei nº 10.861/2004.

5.5. Estrutura curricular e seus componentes

A Resolução no. 53/2010, de 01 de julho de 2010, do CEPEC e a Resolução no. 54, de 03 de junho de 2013, do CEPEC e COUNI da UFGD estabelecem os eixos temáticos comuns à Universidade e definem as regras de oferta para esses eixos. Conforme os Artigos 107 a 110, da Resolução no. 53/2010, e artigos 4º e 5º da Resolução no 54/2013, alterada pela Resolução COUNI/UFGD no 196, de 03/03/2022, a estrutura curricular do curso foi definida.

No Quadro 3 estão elencados os 15 componentes curriculares comuns à UFGD que podem ser ofertados por qualquer curso da Universidade e, dentre os quais, os estudantes precisam, para integralizar o curso, escolher, cursar e obter aprovação em dois componentes.

Quadro 3 - Rol das Disciplinas Comuns à Universidade

Disciplinas Comuns à Universidade	Carga horária (h/a)	Lotação
Alimentação Saudável	72	UFGD
Apreciação Artística na Contemporaneidade	72	UFGD
Ciência e Cotidiano	72	UFGD
Conhecimento e Tecnologias	72	UFGD
Corpo, Saúde e Sexualidade	72	UFGD
Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades	72	UFGD
Economias Regionais, Arranjos Produtivos e Mercados	72	UFGD
Educação, Sociedade e Cidadania	72	UFGD
Território e Fronteiras	72	UFGD
Ética e Paradigmas do Conhecimento	72	UFGD
Interculturalidade e Relações Étnico-raciais	72	UFGD
Linguagens, Lógica e Discurso	72	UFGD
Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade	72	UFGD
Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia	72	UFGD
Tecnologia de Informação e Comunicação	72	UFGD

No que trata os componentes curriculares comuns à área de formação, a Resolução no. 54/2013, de 13 de junho de 2013, exige um mínimo de quatro e um máximo de seis disciplinas, sendo que o Conselho Diretor da FACE decidiu pela quantidade mínima (quatro disciplinas comuns à área de formação), conforme consta na estrutura curricular do curso, e detalhados neste documento no subitem específico.

5.5.1. Natureza, tipos e conjuntos de componentes curriculares

A estrutura curricular do curso de graduação em Administração é integrada por componentes

curriculares que possuem uma das seguintes naturezas (NAT):

a) Disciplina (DIS):

Para que uma disciplina seja considerada como cursada com aprovação, o estudante deverá ter 75% de frequência às aulas e obter a média mínima nas avaliações ou a nota mínima no exame final.

b) Atividades Acadêmicas Específicas (AAE): Um componente curricular de natureza atividade acadêmica específica será considerado cursado mediante a obtenção, pelo estudante, de conceito AP (aprovado). Cursada uma atividade acadêmica específica com aprovação, a totalidade de sua carga horária será considerada cumprida para fins de integralização curricular.

c) Extensão (EXT): Um componente curricular de natureza extensão, no Curso de Administração, será classificado com AAE e será considerado integralizado mediante a obtenção, pelo estudante, de conceito AP (aprovado).

Por sua vez, cada componente curricular de natureza DIS, AAE ou EXT possui um tipo próprio dentre os três seguintes:

a) Obrigatório (OBR): Um componente curricular de tipo OBR é aquele que o estudante deverá cursar necessariamente e conforme especificado na estrutura curricular (ou ser dispensado mediante aproveitamento), sendo imprescindível a aprovação, ou dispensa, no componente para a integralização curricular e conclusão do curso. O componente curricular tipo OBR poderá pertencer a um dos seguintes conjuntos (CONJ):

1. Componentes comuns à universidade (REUNI): caracterizam-se como eixos temáticos comuns à universidade, isto é, eixos temáticos oferecidos para diversos cursos de graduação da instituição, sendo que o estudante deve escolher os eixos a serem cursados dentre um rol estabelecido pela Universidade;

2. Componentes comuns à área de formação (Comuns à Área): caracterizam-se como disciplinas compartilhadas por áreas de conhecimento, que são estabelecidas entre diferentes cursos de graduação, envolvendo uma ou mais unidades acadêmicas; e

3. Componentes específicos do curso (ES): caracterizam-se como disciplinas específicas do curso de graduação em Administração. Cumpre esclarecer, contudo, que há componentes que não são integrantes deste conjunto, mas que fazem parte da formação específica do curso, como é

o caso de diversos componentes optativos e, também, das atividades acadêmicas, como o trabalho de conclusão de curso (TCC) e o Estágio Curricular Supervisionado.

b) Optativo (OPT): Os componentes curriculares de tipo OPT possuem natureza DIS, sendo que o estudante deve escolher as disciplinas OPTs a serem cursadas dentre o rol estabelecido pelo curso de graduação em Administração, constantes em tabela própria da estrutura curricular do curso.

É obrigatório ao estudante, para fins de integralização curricular e conclusão do curso, o cumprimento da carga horária em disciplinas OPTs, estabelecida na estrutura curricular.

c) Eletivo (ELT): Os componentes curriculares de tipo ELT possuem natureza DIS, sendo que são consideradas como eletivas as disciplinas de outras estruturas (de outros cursos) que o estudante eleja cursar.

É obrigatório ao estudante, para fins de integralização curricular e conclusão do curso de graduação em Administração, o cumprimento da carga horária em disciplinas ELTs, estabelecida na estrutura curricular.

5.5.2. Estruturacurricular

A estrutura curricular é uma obrigatoriedade prevista na legislação brasileira para a oferta dos cursos superiores., que incorpora as disciplina, componentes curriculares, carga horária teórica e prática, carga horária total e a unidade acadêmica de lotação dos disciplinas ofertadas.

A estrutura curricular no curso de Administração estabelece as disciplinas ofertadas que estão estruturadas de forma possibilitar e articular e conhecimento diretamente pelos seus componentes curriculares, tendo como conteúdo ementário, objetivos, bibliografia básica e complementar. Assim, o currículo sugerido para a semestralização do Curso está estruturado de forma que os conhecimentos em cada disciplina são distribuídos passando por uma linha de conhecimentos que se relacionam com o caminhar dos alunos na estrutura curricular pela semestralização sugerida.

A Resolução no. 53/2010, de 01 de julho de 2010, do CEPEC e a Resolução nº. 54, de 03 de junho de 2013, do CEPEC e COUNI da UFGD estabelecem os eixos temáticos comuns à Universidade e definem as regras de oferta para esses eixos. Conforme os Artigos 107 a 110, da Resolução nº.53/2010, e artigos 4º e 5º da Resolução nº 54/2013 a estrutura curricular do curso foi estruturada.

No Quadro 4, apresenta-se a estrutura curricular do curso de administração, a sugestão de

semestralização, a carga horária das disciplinas e suas respectivas lotações para integralização da carga horária de 3.680 horas/aula.

Quadro 4 – Componentes curriculares exigidos para a conclusão do curso

COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	NAT	CONJ	CHT	CHP	CH Ext	CH Total	Lotação
1º SEMESTRE IDEAL								
Eixo temático de formação comum à Universidade 1	OBR	DIS	C. Un	72			72	UFGD
Fundamentos da Administração	OBR	DIS	C. Área	72			72	FACE
Princípios de Economia	OBR	DIS	C. Área	72			72	FACE
Matemática	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACET
Introdução à Filosofia e Ética	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FCH
Carga horária do 1º semestre ideal (horas-aula)				360			360	-
2º SEMESTRE IDEAL								
Eixo temático de formação comum à Universidade 2	OBR	DIS	C. Un	72			72	UFGD
Introdução à Contabilidade	OBR	DIS	C. Área	72			72	FACE
Ciências Sociais Aplicadas à Administração	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FCH
Teorias das Organizações	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Estatística	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACET
Carga horária do 2º semestre ideal (horas-aula)				360			360	-
3º SEMESTRE IDEAL								
Matemática Financeira	OBR	DIS	C. Área	72			72	FACE
Comportamento Organizacional	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Gestão da Cadeia de Suprimentos	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Análise de Desempenho em Custos e Finanças	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Psicologia Organizacional e do Trabalho	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FCH
Carga horária do 3º semestre ideal (horas-aula)				360			360	-
4º SEMESTRE IDEAL								
Administração Financeira	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Gestão de Pessoas I	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Marketing I	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Administração da Produção I	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Gestão Estratégica	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Carga horária do 4º semestre ideal (horas-aula)				360			360	-
5º SEMESTRE IDEAL								
Orçamento Empresarial e Análise de Investimentos	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Gestão de Pessoas II	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Marketing II	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Administração da Produção II	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Direito Empresarial	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FADIR
Carga horária do 5º semestre ideal (horas-aula)				360			360	-
6º SEMESTRE IDEAL								
Administração de Sistemas de Informação	OBR	DIS	C. Esp	36			36	FACE
Pesquisa Mercadológica	OBR	DIS	C. Esp	36	72		108	FACE
Metodologia de Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Direito do Trabalho e Previdenciário	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Elaboração e Análise de Projetos	OBR	DIS	C. Esp	72	36		108	FACE
Empreendedorismo e Inovação	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Carga horária do 6º semestre ideal (horas-aula)				360	108		468	-
7º SEMESTRE IDEAL								
Economia Brasileira	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Gestão Por Processos	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Administração de Varejo	OBR	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Eletiva 1	ELT	DIS	C. Esp	72			72	-
Eletiva 2	ELT	DIS	C. Esp	72			72	-
Estágio Curricular Supervisionado	OBR	AAE		36	116		152	FACE

Carga horária do 7º semestre ideal (horas-aula)				396	116		512	-
8º SEMESTRE IDEAL								
Jogos de Empresas e Simulação Empresarial	OBR	DIS	C. Esp	36	72		108	FACE
Técnicas de Análise de Dados	OBR	DIS	C. Esp	36			36	FACE
Agronegócio	OBR	DIS	C. Esp	36			36	FACE
Administração Pública	OBR	DIS	C. Esp	36			36	FACE
Eletiva 3	ELT	DIS	C. Esp	72			72	-
Optativa(s)	OPT	DIS	C. Esp	72			72	FACE
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	OBR	AAE			72		72	FACE
Componentes Curriculares sem semestralização sugerida				288	144		432	-
Atividades Complementares	OBR	AAE			100		100	FACE
Atividades de Extensão	OBR	AAE				368	368	FACE
Sub Total					324	368	692	
Total da Carga horária				2.808	504	368	3.680	
Carga horária	Hora/Aula					Hora/Relógio		
Carga horária teórica	2.808					2.340		
Carga horária prática	864					720		
Carga horária total	3.680					3.067		
Carga horária referencial - Parecer CNE nº 441/2020	3.600					3.000		

Legenda da estrutura curricular:

TIPO OBR: Componente curricular de tipo obrigatório.

TIPO OPT: Componente curricular de tipo optativo. O estudante deve optar por uma disciplina dentre o rol de disciplinas optativas constante no quadro que acompanha a estrutura curricular do curso.

TIPO ELT: Componente curricular de tipo eletivo. O estudante deve eleger uma disciplina ofertada em outra estrutura curricular (em outro curso), diferente daquela em que está matriculado.

NAT DIS: Indica que o componente curricular é de natureza "Disciplina". Para cumprir com aprovação em uma disciplina, o estudante deve ter 75% de frequência às aulas e obter a média mínima nas avaliações ou a nota mínima no exame final.

NAT AAE: Indica que o componente curricular é de natureza "Atividade Acadêmica Específica". Para cumprir com a aprovação em uma atividade acadêmica específica, o estudante deve realizar a totalidade da carga horária do componente e obter conceito AP (aprovado).

CONJ UN: Indica que o componente curricular pertence ao conjunto de componentes comuns à Universidade. O estudante deve escolher eixos temáticos dentre o rol estabelecido pela Universidade. Um eixo temático é de natureza disciplina. É obrigatório ao estudante cumprir a carga horária total de eixos temáticos prevista na estrutura.

CONJ AR: Indica que o componente curricular pertence ao conjunto de componentes comuns à área.

CONJ ESP: Indica que o componente curricular pertence ao conjunto de componentes específicos do curso.

CHT: Carga horária teórica do componente curricular, em horas-aula (h/a).

CHP: Carga horária prática do componente curricular, em horas-aula (h/a).

CH Ext: Carga horária em atividade de extensão do componente curricular, em horas-aula (h/a).

CH Total: Carga horária total do componente curricular, em horas-aula (h/a).

Semestre ideal: A semestralização ideal objetiva apresentar um itinerário formativo de referência, que caso seja cumprido pelo estudante, torna possível a conclusão do curso dentro do tempo mínimo de integralização curricular.

Lotação: Faculdade na qual o componente curricular está lotado e a qual é responsável pela sua oferta.

Obs.: Este PPC se aplica aos ingressantes a partir de 2023-1. Mantém-se o PPC 2022-2 para os estudantes matriculados no curso até a data da aprovação deste PPC (semestre letivo 2026-2). Em 2027-1 os estudantes migrarão obrigatoriamente para o novo PPC.

5.5.2.1 Disciplinas optativas

Componentes curriculares optativos descritos no Quadro 5 visam abordar temáticas emergentes no contexto de estudo da Administração, proporcionando aos estudantes a

possibilidade de aprofundamento de suas pesquisas e aprimoramento no desenvolvimento de seus Trabalhos de Graduação. Desse modo, para integralizar o curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 72 horas em componentes curriculares optativos.

Quadro 5 - Rol de Disciplinas Optativas oferecidas pelo curso

Disciplinas	CHT	CHP	CHT (h/a)	Lotação	Modalidade
Libras – Língua Brasileira de Sinais*	54	18	72	EaD	Presencial
Tópicos Especiais em Administração I**	72	0	72	FACE	Presencial
Tópicos Especiais em Administração II**	72	0	72	FACE	Presencial
Tópicos Especiais em Administração III**	36	0	36	FACE	Presencial
Tópicos Especiais em Administração IV**	36	0	36	FACE	Presencial
Extensão na Prática**	36	36	72	FACE	Presencial

* Em atendimento a Lei nº 10.436/2002 e ao Decreto nº 5.626/2005.

** As disciplinas deverão ser ofertadas, pelo menos, uma vez a cada quatro anos.

Quadro 6 – Resumo geral da estrutura curricular

Disciplinas/componentes curriculares	Carga horária	
	Atual (h/a)	Proposta (h/a)
Disciplinas dos eixos comuns a Universidade (UFGD)	144	144
Disciplinas específicas e obrigatórias	2.484	2.268
Disciplinas comuns à área de formação	288	288
Disciplinas eletivas	360	216
Disciplina(s) Optativa(s)	0	72
Subtotal da carga horário do curso	3.276	3.067
Atividades complementares	180	100
Estágio curricular supervisionado	216	152
Atividades de Extensão (de acordo com o inciso IV do Art. 7º da Resolução CEPEC UFGD nº 249/2021).	0	368
Carga horária total do curso	3.680	3.680
Carga horária total do curso em hora/relógio	3.067	3.067

Quadro 7 - Rol de Disciplinas com Pré-Requisitos

Disciplinas	C.H.	Pré-requisito	C.H.
Teoria das Organizações	72	Fundamentos da Administração	72
Gestão Estratégica	72		
Administração Financeira	72	Matemática Financeira	72
Administração da Produção I	72	Gestão da Cadeia de Suprimentos	72
Orçamento Empresarial e Análise de Investimentos	72	Administração Financeira	72
Gestão de Pessoas I	72	Comportamento Organizacional	72
Gestão de Pessoas II	72	Gestão de Pessoas I	72
Marketing II	72	Marketing I	72
Pesquisa Mercadológica	72		
Trabalho de Conclusão de Curso	72	Metodologia de Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas	72
Estágio Curricular Supervisionado	152	Administração da Produção II	72

A implantação Matriz Curricular contempla a compatibilização de conteúdos em disciplinas não mais ofertadas e que, por esta razão, foram absorvidas e/ou transpostas para ementários de disciplinas correlatas, conforme tabela de equivalência, Quadro 8, que descreve, de forma pormenorizada, as equivalências das disciplinas na nova Matriz Curricular do Curso de Administração.

Quadro 8 - Equivalência de Disciplinas do Curso de Administração

A partir do primeiro semestre de 2015	CHT	CHP	A partir do primeiro semestre de 2023	CHT	CHP
Comportamento Organizacional	36	0	Comportamento Organizacional	72	0
Empreendedorismo e Inovação	36	0	Empreendedorismo e Inovação	72	0
Trabalho de Graduação I	144	0	Trabalho de Conclusão de Curso	72	0
Trabalho de Graduação II	144	0			
Atividades Complementares	180	0	Atividades Complementares	100	0
Estágio Curricular Supervisionado	216	0	Estágio Curricular Supervisionado	152	0
Pesquisa Mercadológica	36	72	Pesquisa Mercadológica	36	72

5.5.3. Distribuição da carga horária conforme os grupos previstos na Resolução CNE/CES nº 02/2007

Quadro 9 – Núcleo de formação básica

Disciplinas	CHT (h/a)	CHP (h/a)	Lotação
Comuns à Universidade	144	0	UFGD
Princípios de Economia	72	0	FACE
Introdução à Contabilidade	72	0	FACE
Matemática	72	0	FACET
Introdução à Filosofia e Ética	72	0	FCH
Economia Brasileira	72	0	FACE
Estatística	72	0	FACET
Ciências Sociais Aplicadas à Administração	72	0	FCH
Análise de Desempenho em Custos e Finanças	72	0	FACE
Psicologia Organizacional e do Trabalho	72	0	FCH
Direito Empresarial	72	0	FADIR
Direito do Trabalho e Previdenciário	72	0	FADIR
TOTAL	936	0	-

Quadro 10 - Núcleo de conteúdos profissionais

Disciplinas	CHT (h/a)	CHP (h/a)	Lotação
Fundamentos da Administração	72	0	FACE
Teoria das Organizações	72	0	FACE
Gestão da Cadeia de Suprimentos	72	0	FACE
Gestão Estratégica	72	0	FACE
Matemática Financeira	72	0	FACE
Administração Financeira	72	0	FACE
Comportamento Organizacional	72	0	FACE
Gestão de Pessoas I	72	0	FACE
Marketing I	72	0	FACE
Empreendedorismo e Inovação	72	0	FACE
Administração da Produção I	72	0	FACE
Orçamento Empresarial e Análise de Investimentos	72	0	FACE
Gestão de Pessoas II	72	0	FACE
Marketing II	72	0	FACE
Administração da Produção II	72	0	FACE
Administração de Sistemas de Informação	36	0	FACE
Pesquisa Mercadológica	36	72	FACE
Elaboração e Análise de Projetos	72	36	FACE
TOTAL	1.224	108	-

Quadro 11 - Núcleo de formação específica

Disciplinas	Carga horária (h/a)			Lotação
	CHT	CHP	CHExt	
Administração Pública	36	0	0	FACE
Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas	72	0	0	FACE
Técnicas de Análise de Dados	36	0	0	FACE
Gestão por Processos	72	0	0	FACE
Agronegócio	36	0	0	FACE
Jogos de Empresas e Simulação	36	72	0	FACE
Administração de Varejo	72	0	0	FACE
Trabalho de Conclusão de Curso	72	0	0	FACE
Disciplinas Eletivas	216	0	0	-
Disciplina(s) Optativa(s)	72	0	0	FACE
Estágio Curricular Supervisionado	36	116	0	FACE
Atividades Complementares – 100 horas	0	0	0	FACE
Atividades de Extensão	0	0	368	-
TOTAL	756	188	368	-

5.6. Atendimento aos temas, conteúdos e assuntos obrigatórios (Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-raciais; LIBRAS etc.)

Quadro 12 - Temas e conteúdos obrigatórios

Temática	Legislação	Descrição de como a temática é atendida no curso
Educação Ambiental	Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; Resolução CNE/CP nº 02/2012.	As questões que envolvem a educação ambiental estão contempladas pelas disciplinas: Gestão de Cadeia de Suprimentos; Elaboração e Análise de Projetos; e Agronegócio. Por perspassar diversos conteúdos disciplinares, estão contempladas transversalmente em variadas disciplinas do curso (como Marketing, Administração de Varejo), nas disciplinas comuns à Universidade (por exemplo, em: Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Sustentabilidade na Produção de Alimentos e Energia; Economias Regionais, Arranjos Produtivos e Mercados; Território e Fronteiras; Educação, Sociedade e Cidadania; Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades; e, Ética e Paradigmas do Conhecimento. Além disso, podem ser contempladas mediante conteúdos de disciplinas eletivas, como as ofertadas pelo Curso de Gestão Ambiental e em disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Administração, além de eventos relacionados às Atividades Complementares, às Atividades de Extensão e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Educação em Direitos Humanos	Resolução CNE/CP nº 01/2012	Em específico, a educação em direitos humanos está contemplada nas disciplinas Gestão de Pessoas I, Gestão de Pessoas II e Comportamento Organizacional, bem como nas disciplinas Comuns à Universidade: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades; Educação, Sociedade e Cidadania; e, Interculturalidade e Relações Étnico-raciais. Além disso, perspassa diversas disciplinas e componentes curriculares do curso, transversalmente, como Ciências Sociais Aplicadas, Introdução a Filosofia e Ética, Direito Empresarial, Gestão Estratégica, Marketing I e II, Comportamento Organizacional, Administração de Varejo, além das disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Administração, e eventos relacionados às Atividades Complementares, às Atividades de Extensão e ao Trabalho de Conclusão de Curso.
Educação das relações étnico-raciais ou o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.	Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Parecer CNE/CP nº 3/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2004.	De modo específico, a educação das relações étnico-raciais ou o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena está contemplada nas disciplinas Gestão de Pessoas I, Gestão de Pessoas II e Comportamento Organizacional, bem como nas disciplinas Comuns à Universidade: Interculturalidade e Relações Étnico-raciais; Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades; e, Educação, Sociedade e Cidadania. Além disso, perspassa diversas disciplinas e componentes curriculares do curso, transversalmente, como Ciências Sociais Aplicadas, Gestão de Pessoas I e II, Administração de Varejo, além das disciplinas optativas ofertadas pelo curso de Administração, e eventos relacionados às Atividades Complementares (principalmente os patrocinadas pelo Núcleo de Estudos Afrobrasileiros – NEAB – da UFGD), às Atividades de Extensão e ao Trabalho de Conclusão de Curso.
Libras	Lei nº 10.436/2002; Decreto nº 5.626/2005.	Para o atender ao Decreto nº 5.626/2005, a disciplina Libras – Língua Brasileira de Sinais – consta do rol de optativas (OPTs) no curso de Administração, com carga horária de 72 h/a, sendo facultado cursá-la, como eletiva, nas disciplinas ofertadas pelos cursos de Licenciatura da UFGD.

5.7. Metodologia do processo de ensino-aprendizagem e Sistema de avaliação da aprendizagem

O curso de Administração da UFGD, estruturado por sua matriz curricular, contempla disciplinas de formação básica, profissional, estudos quantitativos, conhecimentos esses fundamentais ao Administrador, conforme institui as DCNs, para que, além de receber e deter conhecimentos, o profissional formado no curso seja capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operações e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões ambientais, econômicas e culturais.

Para o alcance do perfil do egresso e para que os alunos possam aprender e desenvolver as competências ensejadas, o curso oferta, além das disciplinas ministradas em sala de aula, as atividades complementares, as atividades de extensão, o estágio curricular supervisionado, o trabalho de conclusão de curso, a iniciação científica, a monitoria e os projetos de ensino,

estratégias essas que visam envolver o aluno em atividades extra sala de aula, porém buscando as abordagens teóricas e práticas que possam auxiliar na sua formação.

Os professores são desafiados e se comprometem a utilizar metodologias ativas de ensino, envolver os alunos em atividades além da aula expositiva, criar simulações e situações que possam exigir do aluno a capacidade de decisão, o interesse pela pesquisa e pela extensão.

A articulação com a pós graduação é uma estratégia do curso que tem como objetivo estimular os alunos a participarem de eventos promovidos pelos cursos de mestrado e doutorado ofertados na FACE, ao mesmo tempo que os professores do curso acumulam experiências em razão da oferta de disciplinas na graduação e pós graduação.

No curso, os alunos são estimulados a buscar respostas para solucionar problemas ou situações que são apresentadas nas disciplinas de Pesquisa mercadológica, Jogos e simulações empresariais, empreendedorismo e Inovação, Elaboração e Análise de Projeto. Além disso, os alunos também são estimulados a participar de eventos políticos, culturais, econômicos e empresariais, promovidos pela UFGD ou por outras instituições de ensino e empresariais, bem como pelos Conselhos Regional e Federal de Administração.

Iniciativas vindas dos próprios alunos, tais como participação em diretório acadêmico, ligas e empresa júnior, possibilitam a simulação do exercício da administração, desenvolvendo o perfil empreendedor, o senso de responsabilidade social e o espírito de equipe. As possibilidades de cursar disciplinas optativas e eletivas, são estratégias que visam ampliar a ênfase na interdisciplinaridade no curso, que permite ao aluno por iniciativa própria, buscar novos conteúdos de modo a obter novos conhecimentos para ampliar suas competências, habilidades e atitudes.

O plano de ensino apresentado pelo professor é obrigatório e instituído no Regulamento Geral de curso de Graduação da UFGD. Estabelece o Art. 83 desse regulamento que “o plano de ensino, elaborado e executado pelo professor, tem por finalidade fornecer orientação didático-pedagógica, incluindo os métodos e as técnicas de ensino, para possibilitar o acompanhamento, o desenvolvimento e o aproveitamento do conteúdo a ser ministrado em um componente curricular. Assim, nesse plano, além de estabelecer a sua metodologia de ensino, o professor expõe o sistema de avaliação da aprendizagem. Dessa forma, o Plano de ensino, configura-se como um meio de acompanhamento e gestão do curso. Nesse documento, o docente a cada ano pode rever suas metodologias, procedimentos e conteúdos, de forma promover a melhoria contínua de suas aulas em busca da qualidade do curso e a formação do perfil do egresso ensejado pelo curso.

A avaliação da aprendizagem no curso de Administração, uma atividade pedagógica, sistemática e contínua é adotada com a finalidade de identificar, compreender e avaliar o desenvolvimento das ações realizadas no curso com vistas à melhoria, aperfeiçoamento do professor e do desempenho do aluno, de forma conhecer as dificuldades, potencialidades de cada

aluno em relação ao conteúdo ministrado, forma de ministrá-lo e como o aluno desenvolve seu conhecimento e quais dificuldades encontra para aprender.

É considerada como uma ação diagnóstica para o desenvolvimento das competências do aluno, cujos resultados dependem do nível da percepção do aluno sobre os conteúdos ministrados, as estratégias de aula, os recursos didático pedagógicos, o desempenho do professor e a sua própria capacidade de aprender. Envolve várias formas, incluindo-se as previstas no Regulamento Geral de Cursos de Graduação da UFGD, aprovado pela Resolução nº. 53/2010, do CEPEC/UFGD. Nesse contexto, no curso de Administração a avaliação da aprendizagem é entendida como uma atividade política e acadêmica que tem por função básica subsidiar professores e coordenação nas tomadas de decisão em relação ao desempenho dos alunos e a relação ensino-aprendizagem.

No curso, a avaliação da aprendizagem tem caráter formativo durante a permanência do aluno, ocorrendo dessa forma a todo momento que há interação do aluno com o professor e a disciplina. Independentemente da previsão das avaliações escritas, o professor pode verificar o nível da aprendizagem do aluno em sua disciplina, adotando-se de meios diversos para promover a avaliação formativa e contínua, possibilitando comparar o desempenho do professor em ensinar determinado conteúdo com o desempenho do aluno em aprender os conteúdos.

Os resultados quantitativos e qualitativos das avaliações servem para que o professor possa rever suas estratégias de ensino, forma de ministrar conteúdos, forma de avaliar, metodologias de aula e formas de interações com o aluno, configurando-se uma forma efetiva de acompanhamento e mensuração da aprendizagem e não de aprovação ou reprovação, mas sim com foco na capacidade de aprendizagem do aluno e na efetividade do ensinar do professor.

Portanto, a avaliação da aprendizagem no curso por seu caráter formativo, constitui-se como um processo de diagnóstico, cujos resultados podem indicar a necessidade de reformulação do plano de ensino e metodologia de aula e adoção de novas práticas de ensino, novas alternativas de ensino-aprendizagem, para além da sala de aula, com o intuito de possibilitar ao aluno ser um agente ativo e não meramente ouvinte em sala de aula.

A avaliação da aprendizagem ao longo do curso e nas diversas disciplinas ocorre de forma variada e contínua, conforme prevista no Plano de Ensino da disciplina. Além das alternativas de avaliações previstas no Regulamento Geral de Cursos de Graduação da UFGD, incentiva-se o professor a utilizar e contemplar em sua disciplina estratégias e técnicas multivariadas de avaliação, que possam contemplar o debate, a criatividade, o diálogo, a pesquisa, o trabalho em grupo, os seminários, técnicas de avaliação que, segundo Mendes (2005), configuram-se como práticas avaliativas e participativas que podem acontecer de uma ou mais das seguintes formas:

- a) Avaliações escritas;
- b) Exercícios diversos escritos ou não;
- c) Apresentação de seminários e trabalhos orais;
- d) Relatórios e laboratórios escritos;
- e) Resumos resultantes de leitura;
- f) Elaboração de projetos técnicos;
- g) Proposta de plano de negócio;
- h) Monografia; e
- i) Relatório técnico.

Em específico, apresenta-se a seguir os dispositivos que tratam do sistema de avaliação da aprendizagem do curso de Administração, a partir do RGCG/UFGD. Neste sentido, sobre o que se o conceito da Avaliação da Aprendizagem na UFGD dispõe o Art. 142 do RGCG que “entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos.

Quanto à forma que o professor tem para ministrar e apresentar o conteúdo, o Art. 143 do RGCG dispõe que “O conteúdo programático será ministrado de acordo com o plano de ensino apresentado pelo professor responsável pelos componentes curriculares”. Desse modo o plano de ensino é apresentado pelo professor a cada semestre em que a disciplina é ofertada. O plano deverá ser aprovado pelo Conselho Diretor da FACE, disponibilizado e apresentado ao aluno. Em sala de aula, mediante o diálogo com o aluno, o plano de ensino pode ser revisado, atendendo as sugestões dos alunos.

Na UFGD, as avaliações recebem notas atribuídas para cada atividade prevista no plano de ensino. Assim, conforme dispõe o Art. 144 do RGCG, a verificação do rendimento escolar compreende a frequência e o aproveitamento que é conferido através da Média de Aproveitamento (MA), a qual é calculada pelas notas das provas e trabalhos, e a nota do Exame Final (EF), se for necessário, conforme estabelecidos nos parágrafos transcritos:

§ 3º. O rendimento escolar deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, desprezada as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondamento matemático para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula cinco); e

§ 4º. Para o aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos, ou deixar de comparecer às avaliações ou exame final, será atribuída a nota 0 (zero) para cada evento.

No RGCG da UFGD, a forma de mensurar e encontrar o resultado quantitativo e numérico do desempenho do Aluno está disposta em seu Art. 145 e seus parágrafos, a saber:

Art. 145 entende-se por rendimento escolar o resultado numérico da avaliação da aprendizagem do aluno.

§ 1º. O valor expresso, em número, de cada avaliação de uma disciplina será denominado nota.

§ 2º. Os registros do rendimento escolar serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 3º. O rendimento escolar deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, desprezada as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondamento matemático para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula cinco).

§ 4º. Para o aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos, ou deixar de comparecer às avaliações ou exame final, será atribuída a nota 0 (zero) para cada evento.

No curso de Administração o professor tem liberdade para estabelecer a metodologia de aula, as técnicas de avaliação da aprendizagem e os momentos em que cada avaliação deve acontecer, observando-se os períodos para as avaliações substitutiva e o exame, previstos no calendário acadêmico. Quanto aos instrumentos e técnicas de avaliação na UFGD, no Art.146 do RGCG, dispõe que: “o tipo de instrumento utilizado pelo professor, para avaliação da aprendizagem, deverá considerar os objetivos propostos no plano de ensino e poderá incluir prova escrita, prova oral, prova prática, trabalho de pesquisa, trabalho de campo, trabalho individual, trabalho em grupo, seminários ou outro, de acordo com a natureza da disciplina e especificidades da turma”.

Considerada como uma ação diagnóstica para o desenvolvimento das competências do aluno, cujos resultados dependem do nível da percepção do aluno sobre os conteúdos ministrados, as estratégias de aula, os recursos didático pedagógicos, o desempenho do professor e a sua própria capacidade de aprender, no curso de Administração, conforme dispõe o 147 do RGCG, “as avaliações devem versar sobre as competências, habilidades e conteúdos desenvolvidos”, como preconiza o § 2º. “para cada disciplina a programação deve prever, no mínimo, duas avaliações escritas por semestre e uma Avaliação Substitutiva (SB)”.

A forma de aprovação em cada disciplina é regulada pelo Art. 148 do RGCG, que dispõe: “para ser aprovado no componente curricular o aluno deverá obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e MA igual ou superior a 6,0 (seis vírgulas zero), que neste caso passará a ser considerada MF e será registrada no Histórico Escolar”. Dispõe, ainda, o RGCG o

seguinte:

§ 1º. Somente pode prestar o EF o aluno que obtiver frequência igual ou a superior a 75% (setenta e cinco por cento) e MA igual ou superior 4,0 (quatro vírgulas zero) e inferior a 6,0 (seis vírgulas zero) e será obrigatória uma prova escrita, que poderá ser complementada, a critério do professor, por prova prática e/ou oral.

§ 2º. O aluno que for submetido ao EF será considerado aprovado se obtiver nota (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgulas zero), no exame e esta será considerada a nota final.

O Exame final é uma forma de avaliação da aprendizagem contemplada no RGCG e tem como objetivo fornecer ao aluno mais uma oportunidade de aprovação em determinada disciplina. Conforme o Art. 149 do RGCG da UFGD, “o EF deve ser realizado num prazo mínimo de três dias e até, no máximo, oito dias do término das atividades da disciplina. Entretanto, deverá ser obedecido o § 1º. que estabelece que: “a data do EF deverá ser definida até o último dia letivo do semestre”.

No caso dos componentes curriculares Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Atividades de Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso que são avaliados por conceitos aprovado ou reprovado, aderente ao que estabelece o Art. 150 do RGCG “os componentes curriculares que utilizam conceitos Aprovado (AP) ou Reprovado (RP) devem respeitar a Média de Aproveitamento”:

- I – Média de Aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis), Aprovado (AP); e
- II – Média de Aproveitamento inferior a 6,0 (seis), Reprovado (RP).

A Avaliação substitutiva é permitida na UFGD. Assim, o aluno que deixar de realizar uma das avaliações (prova) escrita em determinada data determinada no Plano de Ensino, poderá fazer a avaliação substitutiva, conforme Art. 152 que prevê que “quando uma das avaliações previstas no plano de ensino da disciplina for aplicada em data prevista e não for realizada pelo aluno, será suprida pela avaliação substitutiva”. Essa avaliação possibilita também ao aluno substituir uma nota menor por outra, desde que consiga a nota da avaliação substitutiva seja superior a substituída.

Assim, no Art. 151 do RGCG é estabelecido que “o objetivo da Avaliação Substitutiva (SB) é permitir ao aluno melhorar seu desempenho ou recuperar uma nota baixa para que possa atingir o mínimo necessário para realizar o Exame Final, ou atingir a nota mínima para ser aprovado na disciplina.

Quanto ao prazo de aplicação da avaliação, estabelece o Art. 154 que “a avaliação substitutiva deve ser aplicada até o último dia letivo, previsto no Calendário Acadêmico da

Graduação”. De acordo com o Parágrafo único: “a aplicação deverá ser realizada, no mínimo, 3 (três) dias úteis após a divulgação da nota da última avaliação do semestre letivo”.

Quanto ao conteúdo da avaliação substitutiva, dispõe o Art. 153 do RGCG o seguinte: “o conteúdo que será exigido na avaliação substitutiva ficará a critério do professor, respeitando o plano de ensino da disciplina”.

Acerca da opção de fazer ou não a avaliação substitutiva, dispõe o Art. 152 do RGCG da UFGD o seguinte:

§ 1º. o aluno que desejar poderá ausentar-se da avaliação substitutiva, sujeitando-se diretamente ao exame final.

§ 2º. a avaliação (SB) substituirá a menor nota entre todas as avaliações realizadas pelo aluno, caso a nota da avaliação substitutiva seja maior.

§ 3º. substituirá somente avaliação escrita.

Todo o processo da avaliação do ensino-aprendizagem no curso de Administração da UFGD inicia-se nas estratégias e metas firmadas em diferentes estágios, compreendendo:

- 1- as competências, habilidades e valores firmados no plano institucional via PDI;
- 2- os objetivos do curso e perfil do egresso firmado no Projeto Pedagógico;
- 3- os objetivos da disciplina e competências, saberes, conhecimentos estabelecidos no plano de ensino de cada unidade curricular;
- 4- reavaliação curricular em reuniões do NDE do curso; e
- 5- as competências, as habilidades, os valores e o comportamento ético para o administrador instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração no Brasil.

Basicamente, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem no curso de Administração contempla seis momentos:

- 1- Avaliação Externa (SINAES) feita por avaliadores externos que fazem parte do Banco de Avaliadores do MEC/INEP, o ENADE – prova realizada pelo aluno;
- 2- Avaliação Interna, contemplando a auto avaliação do curso, a avaliação da apropriação do conhecimento pelo aluno;
- 3- Momento de reavaliação curricular pelo NDE;
- 4- Planejamento das ações da reorganização da matriz curricular, das unidades curriculares, do PPC;

5- Reavaliação do professor sobre sua didática e dinâmica de aula, com vistas a apropriação de conhecimentos por parte do aluno; e

6- Retorno ao aluno sobre o seu desempenho quantitativo e qualitativo em atividades realizadas no curso e nas disciplinas, para sua aprovação ou reprovação.

Quanto ao corpo docente a Resolução nº. 53, de 01 de julho de 2010, do CEPEC/UFGD, que estabelece que os alunos sejam submetidos a diferentes tipos de avaliações quantitativas e também momentos de auto avaliação de competências feitas pelo aluno (avaliação qualitativa).

5.8. Estágio supervisionado

5.8.1. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado, tem carga horária de 152 h/a, deve ser cumprido de acordo com o Regulamento de Estágio do Curso de Bacharelado em Administração, aprovado pela Resolução nº. 86, de 23 de maio de 2019, do CEPEC/UFGD e deve atender ao previsto na Lei dos estágios nº 11.788 de 25/09/200 e à Resolução Normativa do CFA Nº 569, de 08/08/ 2019, publicada pelo DOU nº 153, Seção 1, de 09/08/2019, págs. 20, que dispõe sobre as atividades de supervisor de estágio nos campos da Administração.

Destaque-se que, dentre as 152 h/a previstas para o estágio, 36 h/a são reservadas para orientações junto aos professores responsáveis pelo componente curricular, de tal modo que o estudante deve cumprir um mínimo de 116 h/a em uma organização, conforme o regulamento desta Atividade Acadêmica Específica, no qual dentre outros aspectos, prevê a figura da Comissão de Estágio Supervisionado da FACE – COES –, implementada e em funcionamento pleno, que atua para dirimir questões pertinentes ao funcionamento tanto do estágio obrigatório quanto do não obrigatório.

O Estágio curricular supervisionado obedece a um plano estabelecido de comum acordo entre o aluno e os professores responsáveis pelo componente curricular de estágio curricular supervisionado. É responsabilidade do professor analisar a pertinência e a qualidade do plano proposto. Nesse sentido, destaca que no Estágio curricular supervisionado os alunos matriculados devem desenvolver suas atividades obedecendo a um Plano de Estágio curricular supervisionado restrito às disciplinas da estrutura curricular do curso de Administração. Isto é, a realização do Estágio curricular supervisionado deverá ter obrigatoriamente suas atividades vinculadas diretamente às funções da administração da organização.

Na FACE o estágio curricular Supervisionado obrigatório e não obrigatório é regulamentado

e supervisionado pela Comissão de Estágio Supervisionado – COES, constituída por sete membros, incluindo coordenadores dos cursos, professores e representante discentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, conforme a RESOLUÇÃO NÚMERO 122 de 06/07/2022. Dentre as suas atribuições compete a COES:

- I - Elaborar o Regulamento de Estágio e submetê-lo à aprovação do Conselho Diretor da Faculdade, da Câmara de Ensino de Graduação e do CEPEC;
- II – Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades referentes aos estágios;
- IV – Indicar os orientadores dos estagiários;
- V – Convocar os Coordenadores de Estágio e Orientadores dos estagiários para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio;
- VI - Identificar novos campos de estágio;
- VII - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante;
- VIII - Elaborar pareceres referentes aos relatórios parciais e finais; e
- IX - Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para os estágios.

5.8.2. Estágio supervisionado não obrigatório

Além do estágio obrigatório, os estudantes podem optar em fazer, ou não, estágio(s) não obrigatório(s), desde que as atividades desempenhadas sejam pertinentes, necessariamente, à área de Administração, e deve atender ao previsto na Lei dos estágios nº 11.788 de 25/09/2008. Assim, o Estágio não-obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, sendo aproveitado para integralizar parte das Atividades Complementares, conforme dispõe o Regulamento de Atividades Complementares dos cursos ofertados pela FACE.

Do mesmo modo, a exemplo do estágio obrigatório, para ser validado como estágio não obrigatório, deve ser realizado em conformidade com um plano estabelecido de comum acordo entre o estudante e o(s) professor(es) responsável(is)/orientador(es). Nesse sentido, compete ao professor orientador analisar a pertinência e a qualidade do plano proposto e do Relatório do Estágio, instituído pela Lei nº 11.788 de 25/09/2008.

A oferta do estágio não obrigatório é encaminhada por diversas organizações das cidades de Dourados e região à coordenação do curso, que divulga junta aos discentes e em alguns

momentos auxilia no processo de seleção ou indicação de alunos. Para a organização que se interessar pode-se firmar convênio de cooperação de técnica ou de estágio com a UFGD. Algumas oportunidades de estágio são encaminhadas pelos órgãos de estágio que mantêm convênios com a UFGD, a citar, Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Pró Estágio, Instituto Evaldo Lodi (IEL) e Núcleo Brasileiro de Estágio (NUBE).

5.9. Atividades complementares

As atividades complementares do curso de Administração totalizam 100 horas/aula, de acordo com o regulamento específico, denominado Regulamento de Atividades Complementares dos cursos de graduação da FACE, e contempla diversificadas possibilidades para seu cumprimento. Portanto, no curso de Administração, as Atividades Complementares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo do curso de graduação, a articulação entre teoria e prática, a complementação e o enriquecimento dos saberes e das habilidades necessárias, a serem desenvolvidas durante o período de formação acadêmica do aluno.

São Consideradas como Atividades Complementares no curso:

- I – Atividades de ensino;
- II – Atividades de pesquisa;
- III – Atividades de extensão; e
- IV – Outras atividades estabelecidas seu Regulamento.

5.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para integralização curricular, possui carga horária de 72 horas e segue regulamento específico, que contempla as formas de apresentação, orientação, coordenação e avaliação. Assim, o Trabalho de Conclusão de Curso está normatizado de acordo com o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD e demais normas internas e, em especial, destaca-se que seus produtos são disponibilizados para acesso no repositório institucional da UFGD, que pode ser acessado, via internet, a partir, por exemplo, de pesquisa com os termos chave “repositório UFGD” realizado em buscador da internet, havendo um manual, o qual se configura como um Anexo do Regulamento específico.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade acadêmica específica e corresponde a

uma produção científica que expressa as competências desenvolvidas pelo acadêmico, assim como os conhecimentos por este adquirido durante o curso de graduação e tem sua regulamentação como parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração, podendo ser apresentado sob uma das seguintes formas: monografia; relatório técnico; publicação como capítulo de livro; e artigo científico.

O TCC é orientado por um professor escolhido pelos alunos, mediante o Termo de Aceite de Orientação. O período de orientação, desenvolvimento entrega e defesa do trabalho final está determinado no regulamento.

5.11. Extensão como componente curricular

A Universidade Federal da Grande Roraima, no gozo de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, respeitados os Princípios e as Finalidades estabelecidos nos Capítulos II e III do Estatuto, implementa sua política acadêmica com base no princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Assim, na UFGRD a extensão universitária tem órgãos específicos e competentes para promovê-la, incluindo-se a Pró Reitoria de Extensão e Cultura, a Coordenadoria de Extensão e a Coordenadoria de Cultura.

Na UFGRD, conforme estabelece seu Regimento Geral, no Art. 123, “a extensão terá como objetivo intensificar relações transformadoras entre a Universidade e a Sociedade, por meio de um processo educativo, cultural e científico. Assim, conforme o § 1º do Art. 123, “a extensão na Universidade, indissociável do ensino e da pesquisa, será exercida por intermédio de programas, projetos e atividades no âmbito da Universidade e seus cursos”.

A importância da extensão universitária e a forma que deve ser pensada, conforme Imperatore (2015), não deve ser vista apenas como um transbordamento das atividades de ensino e pesquisa para a sociedade; pelo contrário, é uma dimensão holística na qual o conhecimento se torna um instrumento de transformação conjunta entre academia e sociedade. Nesse sentido, no curso de Administração a extensão universitária, além de ser indissociável ao ensino, configura-se como ações de transformações do aluno ao oportunizá-lo a desenvolver o bem por meio de seus conhecimentos.

5.11.1. Políticas de Extensão e Cultura da UFGRD

No que se refere às políticas de extensão universitária, a UFGRD, compreendendo o seu papel de articuladora entre a universidade e a sociedade, faz com que as experiências desse processo proporcionem as condições para o cumprimento de sua missão social, de maneira que

possa alimentar e realimentar o ensino, a pesquisa, a tecnologia e a inovação.

A proposta da extensão universitária no curso atende as diretrizes que estão previstas no Plano Nacional de Extensão, principalmente, no que se refere à formação para o trabalho; à promoção da sustentabilidade socioambiental; à promoção humanística, científica e tecnológica do país; à difusão dos princípios da equidade, o respeito à diversidade e à gestão democrática da educação, além da promoção da cultura. Daí ser de relevância a coerência da responsabilidade social da UFGD com as políticas constantes de relacionamento da academia com o setor público, o setor privado e o mercado de trabalho. Essas relações deverão resultar em diretrizes institucionais que sejam adequadamente implantadas e acompanhadas, incluídas as ações para o desenvolvimento da região e do Brasil.

As políticas de extensão na UFGD são organizadas em diversas modalidades e formatos: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, dentre outros, de acordo com as áreas temáticas de extensão (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho), contempladas por programas institucionais.

Convém ressaltar que a Universidade se constituiu, desde sua criação, como a principal articuladora e fomentadora de cultura na e da região. Anualmente, diversos projetos de valorização da música, dança, teatro, cinema, artes plásticas são realizados pela UFGD, alcançando pleno reconhecimento social por sua presença e ao mesmo tempo denotando as urgentes necessidades sociais nesse campo, que demanda mais políticas públicas para a sua realização. Para isso, é necessária a consolidação de um Centro Cultural, no atual prédio da Reitoria da UFGD, transformando-o em espaços para ações de arte e cultura, efetivando o compromisso assumido pela instituição quando do recebimento, por doação, do referido prédio.

Enfim, as metas da UFGD para Extensão e Cultura estão direcionadas a construir ações de extensão articuladas com diferentes grupos sociais, reunindo experiências e saberes múltiplos. Dessa forma, almeja-se troca de conhecimentos, com base no compartilhamento do fazer acadêmico com o conhecimento popular, legitimando-se socialmente a instituição e mantendo seu compromisso de contribuir com a comunidade local e regional.

Na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia a Comissão de Extensão e Articulação com a Comunidade (COEFACE) é constituída por professores do corpo docente de cada curso, com objetivo de fomentar e avaliar ações de integração da instituição com a comunidade.

5.11.2. Curricularização da extensão

De acordo com o artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018:

a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que deve se integrar à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FÓRUM..., 1987)

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A) Legislação e normas sobre a curricularização da extensão

Plano Nacional de Extensão Universitária 2010-2011, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

Lei 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 - 2024 e dá outras providências, apresenta 20 metas para serem cumpridas pela educação brasileira durante sua vigência. Dentre elas, destaca-se a meta 12, que tem como objetivo elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para cinquenta por cento. Para atingir a meta 12, são descritas vinte e uma estratégias, cabendo aqui ressaltar a estratégia 12.7 que indica que deve-se “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014), apresenta as diretrizes nacionais para a Extensão

na Educação Superior Brasileira e, também, uma regulamentação sobre o disposto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Segundo a Resolução CNE/CES nº 7/2018 a Extensão da educação superior no Brasil é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa. Ainda conforme o conselho citado, a extensão constitui-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFGD 2022-2026: A UFGD tem por finalidade ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária de qualidade e cidadã, com o objetivo de produzir conhecimento, de ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

Resolução CEPEC/UFGD nº 249 de 14/12/2021 que dispõe sobre a curricularização das atividades de extensão no âmbito da UFGD, estabelece entre outras questões que “entende-se como Extensão Universitária a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a UFGD e os outros setores da sociedade, por meio da construção, aplicação e troca de saberes, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.”

B) Curricularização da extensão no curso de graduação em Administração

Quanto às demandas sociais, do público-alvo e dos locais onde o curso poderá desenvolver as atividades de extensão, a extensão no Curso de Administração se propõe a contemplar ações que atendam, em princípio, às demandas sociais locais, regionais, mas, também, mediante parcerias e convênios, contribuir com soluções para demandas nacionais ou internacionais. Desse modo, os estudantes poderão executar as ações de extensão em micro, pequenas, médias e grandes organizações, como empresas, entidades públicas, escolas, igrejas, organizações sem fins lucrativos de modo geral, dentre outras.

Por sua vez, vale destacar as linhas de extensão e as áreas temáticas de referência para as ações curriculares de extensão, correlacionando-as com os objetivos do curso, as quais obedecem às demandas da sociedade, em suas variadas formas, como por exemplo, todas as relacionadas com a educação em gestão (um projeto âncora) e outros programas e, ou, projetos na área de Administração, da FACE ou institucionais. Em especial, os 17 Objetivos alicerçados nas

169 metas da agenda 2030 de desenvolvimento global, da ONU, em vigência, os quais são os passos identificados para a garantia de um Mundo mais justo, mais digno, mais inclusivo e sustentável.

No que se refere à contribuição das ações curriculares de extensão para formação do perfil do egresso, entende-se que ao se envolver nas realidades e demandas da sociedade, tem-se as condições adequadas para formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular, ao mesmo tempo que possibilita agregar valor às suas habilidades, competências e atitudes previstas no PPC e nas DCNs.

Além disso, mencionam-se as possibilidades de articulação entre as atividades curriculares de extensão e as atividades de ensino e pesquisa, sendo que a curricularização da extensão completa o tripé de atuação da Universidade ao incorporar 10% da carga horária total do curso, como componente obrigatório, sendo que o ensino e a pesquisa já estavam presentes, de modo mais evidente, nas atividades dos cursos de graduação, diferentemente da extensão.

Ao mesmo, constituem princípios e critérios que norteiam a elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos na Universidade, a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e a realidade nacional”.

Desse modo, com a curricularização da extensão, na condução das disciplinas pelos professores, os aspectos relacionados com as ações, os programas e os projetos de extensão, então em desenvolvimento, bem como os em elaboração e, ou, propostos pelo curso de Administração, são contemplados e contextualizados de modo a atender o que estabelece a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a LDB), para proporcionar:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;
- V - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como

cidadão crítico e responsável;

VI - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII - a promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, diversidade e educação indígena;

VIII - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social, ambiental, tecnológico e cultural; e

X - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação.

Esse conjunto de acontecimentos despertará nos estudantes novas óticas e preocupações, em especial voltadas para as realidades vivenciadas nos projetos, programas e ações de extensão em desenvolvimento, ao mesmo que amplia seus conhecimentos, habilidades, atitudes e sua capacidade de se colocar no lugar do seu semelhante.

A integralização de extensão no curso de Administração será realizada por meio do componente curricular “Atividade de Extensão”, o qual poderá abrigar ações de extensão nas modalidades programa, projeto, curso/oficina, eventos e prestação de serviços, em conformidade com o inciso 4º do artigo 7º da Resolução CEPEC nº. 249/2021. Os demais requisitos das ações a serem integralizadas pelos estudantes devem atender ao estabelecido no regulamento próprio para os cursos da FACE. Portanto:

- a) é um componente obrigatório para os alunos que ingressarem no curso a partir de 2023;
- b) tem carga horária de 368 horas/aula;
- c) deve ser integralizado entre o período mínimo e o máximo permitido para concluir o curso;
- d) para aprovação o aluno deve integralizar totalmente a carga horária;
- e) recomenda-se a participação de professor, aluno e sociedade;
- f) quando aprovado no componente, o aluno recebe o conceito de Aprovado (AP) que é lançado em seu histórico escolar;
- g) deve ocorrer mediante a apresentação de projeto específico no Sistema Institucional de Registro da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFGD, em conformidade com as exigências

estabelecidas;

h) as ações de extensão podem ser com ônus ou sem ônus para a UFGD ou para a FACE;

i) o aluno pode apresentar projeto por própria iniciativa e ou em conjunto com outros alunos e professores;

j) é ofertada uma disciplina optativa no curso, a qual se o aluno se matricular poderá aprender a elaborar e propor projetos de extensão;

k) o aluno poderá propor e desenvolver ações em parcerias com disciplinas existentes no curso, em compatibilidade com seus conteúdos e com as Normas de Extensão da UFGD que permitem a coordenação, com a exigência de que um servidor, preferencialmente na área temática da ação de extensão proposta, atue como orientador do projeto; e

l) o aluno poderá participar de programas de extensão do curso de Administração, da FACE ou da UFGD para desenvolver projetos, cursos, eventos e prestação de serviços.

5.12. Ementário e bibliografia

5.12.1. Ementa de Eixos Comuns à Universidade (Componentes Curriculares Comuns à Universidade)

5.12.1.1 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

Ementa: Modelos alimentares: dieta ocidental, dieta mediterrânea, dieta vegetariana, dietas alternativas, guia alimentar; Diretrizes para uma alimentação saudável; Elos da cadeia produtiva: produção, indústria, comércio e consumo; Relação da produção de alimentos e alimentação saudável.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.2 APRECIÇÃO ARTÍSTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Ementa: Conceituações de arte; Degustação de obras de arte diversas; Modalidades artísticas; Arte clássica e arte popular; Artes do cotidiano; Engajamento estético, político, ideológico na arte; Valores expressos pela arte.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.3 CIÊNCIA E COTIDIANO

Ementa: Poder, discurso, legitimação e divulgação da ciência na contemporaneidade; Princípios

científicos básicos no cotidiano; Democratização do acesso à ciência; Ficção científica e representações sobre ciência e cientistas.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.4 CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS

Ementa: Diferentes paradigmas do conhecimento e o saber tecnológico; Conhecimento, tecnologia, mercado e soberania; Tecnologia, inovação e propriedade intelectual; Tecnologias e difusão do conhecimento; Tecnologia, trabalho, educação e qualidade de vida.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.5 CORPO, SAÚDE E SEXUALIDADE

Ementa: Teorias do corpo; Arte e corpo; Corpo: organismo, mercadoria, objeto e espetáculo; O corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho; O corpo libidinal e a sociedade; Corpo, gênero e sexualidade.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.6 DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADES

Ementa: Compreensão histórica dos direitos humanos; Multiculturalismo e relativismo cultural; Movimentos sociais e cidadania; Desigualdades e políticas públicas; Democracia e legitimidade do conflito.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.7 ECONOMIAS REGIONAIS, ARRANJOS PRODUTIVOS E MERCADOS

Ementa: Globalização, produção e mercados; Desenvolvimento e desigualdades regionais; Arranjos produtivos e economias regionais; Regionalismo e Integração Econômica.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.8 EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CIDADANIA

Ementa: A educação na formação das sociedades; Educação, desenvolvimento e cidadania;

políticas públicas e participação social; Políticas afirmativas; Avaliação da educação no Brasil; Educação, diferença e interculturalidade.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.9 ÉTICA E PARADIGMAS DO CONHECIMENTO

Ementa: Epistemologia e paradigmas do conhecimento; Conhecimento científico e outras formas de conhecimento; Conhecimento, moral e ética; Interface entre ética e ciência; Bioética.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.10 INTERCULTURALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa: Teorias da Etnicidade; Teorias Raciais; Interculturalidade, Diversidade de Saberes e Descolonização dos Saberes; História e Cultura Afro-brasileira em Mato Grosso do Sul; História e Cultura Indígena em Mato Grosso do Sul.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.11 LINGUAGENS, LÓGICA E DISCURSO

Ementa: Linguagem, mídia e comunicação; Princípios de retórica e argumentação; Noções de lógica; Diversidades e discursos.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.12 SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Ementa: Relações entre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade; Modelos de Desenvolvimento; Economia e meio ambiente; políticas públicas e gestão ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental; Educação ambiental.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.13 SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DE ENERGIA

Ementa: Sustentabilidade econômica, social e ambiental; Uso sustentável de recursos naturais e capacidade de suporte dos ecossistemas; Padrões de consumo e impactos da produção de alimentos e energia; Relação de sustentabilidade nos processos e tecnologias de produção de

alimentos e energia; Produção Interligada de Alimentos e Energia.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.14 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ementa: Redes De comunicação; Mídias digitais; Segurança da informação; Direito digital; *E-science* (e-ciência); *Cloud Computing*; Cidades inteligentes; Bioinformática; *Elearning*; Dimensões sociais, políticas e econômicas da tecnologia da informação e comunicação; Sociedade do conhecimento, cidadania e inclusão digital; Oficinas e atividades práticas.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.1.15 TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

Ementa: Estado, nação, culturas e identidades; Processos de Globalização/Mundialização, Internacionalização e Multinacionalização; Espaço econômico mundial; Soberania e geopolítica; Territórios e fronteiras nacionais e étnicas; Fronteiras vivas.

Bibliografia Básica: A ser definida no Plano de Ensino.

Bibliografia Complementar: A ser definida no Plano de Ensino.

5.12.2. Ementas e bibliografia de disciplinas optativas

5.12.2.1 LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Esta disciplina atende a Lei nº 10.436/2002 e ao Decreto nº 5.626/2005)

Ementa: Análise dos princípios e leis que enfatizam a inclusão de LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação docente; apresentação das novas investigações teóricas acerca do bilinguismo, identidades e culturas surdas; as especificidades da construção da linguagem, leitura e produção textual dos educandos surdos; abordar os princípios básicos da língua de sinais, o processo de construção da leitura e escrita de sinais e produção literária em LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

Bibliografia básica:

FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. Tanya A. Felipe de Souza e Myrna Salerno Monteiro. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 6. Ed: il.

FERNANDES, E. (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar:

LANE, H. A Máscara da Benevolência. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOURA, M. C. de. O surdo, caminhos para uma nova Identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

LACERDA, C. B. F. de; GÓES, M. C. R. de; (Orgs.) Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise, 2000.

PIMENTA, N. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. I. Básico, 2000.

PIMENTA, N. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. II. Intermediário, 2000.

PIMENTA, N. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, vol. III Avançado, 2001.

PIMENTA, N. Coleção Aprendendo LSB. Rio de Janeiro: Regional, volume IV Complementação, 2004.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Editor Artmed, 2004.

THOMA, A.; LOPES, M. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

5.12.2.2. TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO I

Ementa: Aberta para contemplar temas da atualidade e garantir a flexibilidade imposta pelas diretrizes curriculares do Curso de Administração e pelos instrumentos de avaliação de curso do INEP/MEC.

Bibliografia básica:

A ser definida no plano de ensino.

Bibliografia complementar:

A ser definida no plano de ensino.

5.12.2.3 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO II

Ementa: Aberta para contemplar temas da atualidade e garantir a flexibilidade imposta pelas diretrizes curriculares do Curso de Administração e pelos instrumentos de avaliação de curso do INEP/MEC.

Bibliografia básica:

A ser definida no plano de ensino.

Bibliografia complementar:

A ser definida no plano de ensino.

5.12.2.4 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO III

Ementa: Aberta para contemplar temas da atualidade e garantir a flexibilidade imposta pelas diretrizes curriculares do Curso de Administração e pelos instrumentos de avaliação de curso do

INEP/MEC.

Bibliografia básica:

A ser definida no plano de ensino.

Bibliografia complementar:

A ser definida no plano de ensino.

5.12.2.5 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO IV

Ementa: Aberta para contemplar temas da atualidade e garantir a flexibilidade imposta pelas diretrizes curriculares do Curso de Administração e pelos instrumentos de avaliação de curso do INEP/MEC.

Bibliografia básica:

A ser definida no plano de ensino.

Bibliografia complementar:

A ser definida no plano de ensino.

5.12.2.6 EXTENSÃO NA PRÁTICA

Ementa: Conceito de extensão universitária. Diretrizes para construção e aplicação de ações de extensão com foco no processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a UFGD e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a iniciação científica-pesquisa. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico científicos de projetos e atividades de extensão universitária. Tipologia das ações de extensão. Trâmites burocráticos de convênio de extensão e iniciação científica-pesquisa. Ambiente de aprendizagem preparado para o ensino e extensão. A contribuição das demais disciplinas do curso para a unidade de aprendizagem relativa à extensão. Atividades formativas no percurso de formação do estudante vinculado ao Ensino e a Iniciação Científica. Conhecimento de locais e ambientes relacionados a sua profissão em sua localidade.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, M.. Extensão universitária um laboratório social. São Paulo, 2011.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983. 93p.

GURGEL, Roberto Mauro. Extensao universitaria: comunicacao ou domesticacao?. Sao Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. 182 p.

Bibliografia Complementar:

CALDERÓN, A. I.; SAMPAIO, H.; BONFIM, A. C. B. L. Extensão universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. Olho d'Água, 2002.

SÍVERES, Luiz. O Princípio Da Aprendizagem Na Extensão Universitária. In: SÍVERES, Luiz (Org.) A extensão universitária como princípio de aprendizagem. Brasília: Liber, 2013.

Artigos diversos disponíveis no periódicos CAPES ou bases referenciadas, com cessão de direitos autorais.

5.12.3. Ementas e bibliografia das disciplinas comuns à área e específicas do curso

5.12.3.1 FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Ementa: Natureza e função social da administração. Organizações: conceitos, tipologia e objetivos. As metáforas da organização: mecanicista, organicista, informacional, cultural, sistemas políticos, processualista e como instrumentos de dominação. A gestão: racionalidade, eficiência e integração. A administração como ciência: campo de saber, objeto e métodos. As funções sociais e organizacionais do administrador. As áreas funcionais da empresa: marketing, finanças, recursos humanos, produção e estratégia.

Bibliografia Básica:

CARAVANTES, G. R.; PANNO, C. C.; KLOECKNER, M. C. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

KWASNICKA, E. L. Introdução à administração. 6. São Paulo: Atlas, 2006.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2003.

MONTANA, P. J; CHARNOV, B. H. Administração. 2. São Paulo: Saraiva, 2005. MOTTA, F.C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, L. C. G. de. Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2004.

BERTALANFFY, L. V. Teoria geral dos sistemas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 379p.

CARVALHO, C. A.; VIERA, M.M.F. O Poder nas organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. 411p.

HARDY, C., CLEGG, S. R., NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo, SP: Atlas, 2010. v.1.

- DAFT, R. L. Administração. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- ETZIONI, A. Organizações complexas. São Paulo: Atlas, 1981.
- FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10. São Paulo: Atlas, 1994.
- HALL, R. H; GALMAN, R. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.
- HAMPTON, D. R. Administração contemporânea. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.
- LODI, J. B. História da administração. São Paulo: Pioneira, 2003.
- MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. 6. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital. 5. São Paulo: Atlas, 2005.
- MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.
- ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.
- TAYLOR, F. W. Princípios de administração científica. 8. São Paulo: Atlas, 1995.

5.12.3.2 PRINCÍPIOS DE ECONOMIA

Ementa: Conceitos básicos de Economia. Teoria elementar do funcionamento do mercado. Elasticidade. Teoria dos Custos. Estruturas de Mercado. Decisões econômicas e estratégias de negócios. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Consumo agregado. Investimento agregado. Política fiscal e monetária. Inflação. Setor externo.

Bibliografia básica:

- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOCHON, Francisco; TROSTER, Roberto Luís. Introdução à Economia. São Paulo: Makron Books, 1994.
- PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Orgs.). Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de (Orgs.). Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SAADE, Alessandro e GUIMARÃES, Thelma. Dominando estratégias de negócios – ideias e tendências do novo universo comparativo. São Paulo: Pearson Education, 2006.
- SILVA, C. R. L. da; LUIZ, S. Economia e mercados: introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia complementar:

- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de e COSTA, Benny Kramer. Estratégia: direcionando negócios e organizações. São Paulo: Atlas, 2005.
- BESANKO, David; DRANOVE, David; SHANLEY, Mark; SCHAEFER, Scott. A Economia da estratégia. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- GHEMAWAT, Pankaj. A estratégia e o cenário dos negócios. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- GREMAUD, Amaury Patrick, AZEVEDO, Paulo Furquim de e DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução a Economia. São Paulo: Atlas, 2007.
- MANKIW, Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- OLIVEIRA, J. F. De. (Org.). Economia para administradores. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ZACCARELLI, Sergio B. Estratégia e sucesso nas empresas. São Paulo: Saraiva, 2005.

5.12.3.3 MATEMÁTICA

Ementa: Números reais. Conjuntos. Equações de primeiro e de segundo grau. Noções de geometria analítica. Funções. Noções de limites e continuidade. Introdução à derivada e aplicações. Matrizes e determinantes.

Bibliografia básica:

- MUROLO, Afrânio Carlos; BONETTO, Giacomio Augusto. Matemática aplicada à administração, economia e contábeis. São Paulo: Thomson, 2004.
- LEITHOLD, LOUIS. Matemática aplicada à economia e administração. São Paulo: Harbra, 1988.

Bibliografia complementar:

- HARIKI, Seiji. Matemática aplicada: administração, economia, contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Heinle, 2007.

5.12.3.4 INTRODUÇÃO FILOSOFIA E ÉTICA

Ementa: Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e "ética profissional". Ética e política.

Bibliografia básica:

- CHAUÍ, M. de S. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

RAMOS, José Maria Rodriguez; ARRUDA, Maria Cecilia Coutinho e WHITAKER, Maria do Carmo. Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ELIZETE, Passos. Ética nas Organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar:

MATTAR, J. Filosofia e ética na administração. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLATÃO. A República. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.

A PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR. São Paulo: Conselho Regional de Administração de São Paulo, 2001.

5.12.3.5 INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE

Ementa: Contabilidade: conceito, aplicação, usuários, objetivo, objeto de estudo, finalidade; Princípios Contábeis e Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; Regimes de Caixa e de Competência; Demonstrações Contábeis (estrutura): Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da Contabilidade básica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Contabilidade introdutória. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade. 3. ed. São Paulo: atlas, 2004

FÁVERO Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. Ed.: São Paulo: Atlas 1997.

FRANCO, H. Estrutura das Demonstrações Contábeis. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E.; GELBCKE, E. Manual de contabilidade das sociedades por ações. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. Fundamentos de Estrutura das Demonstrações Contábeis. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2005.

Consulta na Internet: Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

5.12.3.6 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À ADMINISTRAÇÃO

Ementa: Origem histórica e a constituição do conhecimento nas Ciências Sociais. Ciência política e as organizações: interesses, poder, autoridade e participação e dominação. Subsídios sobre o cenário organizacional contemporâneo: tendências e fundamentos das mudanças sociais e seus impactos no ambiente empresarial. Transição paradigmática: relação homem-trabalho-sociedade.

Bibliografia básica:

DURKHEIM, Emile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARTINS, C. B. O que é Sociologia. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

Bibliografia complementar:

DRUKER, P. A sociedade instruída. In.: DRUKER, P. Novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão de mundo. São Paulo: Pioneira, 1993.

GIDDENS, A. Sociologia: uma Breve, porém crítica introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1991.

5.12.3.7 TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

Ementa: A trajetória e a conjuntura histórica do pensamento funcionalista em administração. Funcionalismo de sistema fechado: administração científica e clássica; escola de relações humanas; comportamentalismo; teoria estruturalista; abordagem e crítica da burocracia. Funcionalismo de sistema aberto: cibernética; teoria dos sistemas; teoria da contingência; desenvolvimento organizacional. Abordagens neoclássica da Administração. Introdução à estudos críticos na administração.

Bibliografia básica:

CALDAS, Miguel P; BERTERO, Carlos Osmar. Teoria das organizações. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

HARDY, C.; CLEGG, S. R.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo, SP: Atlas, 2010. v.1.

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996. 421p.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010.

MOTTA, F. C. P. CALDAS, M. P. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3.ed.

Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CARAVANTES, G. R., PANNO, C. C., KLOECKNER, M. C. Administração: teorias e processo. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

CARVALHO, C. A.; VIERA, M. M. F. O Poder nas organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CHANLAT, J. F.; TORRES, O. de L. S. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 2008.

DAFT, R. L. Administração. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

ETZIONI, A. Organizações complexas. São Paulo: Atlas, 1981.

FARIA, J. H. de. Economia política do poder: fundamentos: volume 1. Curitiba: Juruá, 2010. v. 1p.

FARIA, J. H. de. Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração: volume 2. Curitiba: Juruá, 2010. v. 2p.

FAYOL, H. Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10. São Paulo: Atlas, 1994. 138p.

FREITAS, M. E. de. Cultura organizacional: evolução e crítica. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

HALL, R. H; GALMAN, R. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria geral da administração: da escola científica a competitividade na economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.

PAULA, A. P. P. de. Teoria crítica nas organizações. São Paulo: Thomson, 2008.

OHNO, T.; SCHUMACHER, C. O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala. Porto Alegre, RS: Bookman, 1997.

5.12.3.8 ESTATÍSTICA

Ementa: Estatística descritiva: medidas de tendência central, medidas separatrizes, medidas de dispersão, medidas de assimetria e curtose. Probabilidade: definição e propriedades. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Função de probabilidade e densidade de probabilidade. Distribuição marginal e independência estatística. Esperança e variância de variáveis aleatórias. Covariância. Teorema do Limite Central e Lei dos Grandes Números. Distribuições: uniforme, Bernoulli, Binomial, Normal, t, F e qui-quadrado.

Bibliografia básica:

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; CAMM, Jeffrey D.;

COCHRAN, James J. Estatística aplicada a administração e economia – Tradução da 8ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2019. 9788522128006. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128006/>. 2022

DEVORE, Jay L. Probabilidade e estatística para engenharia e ciências – Tradução da 9ª edição norte-americana. Cengage Learning Brasil, 2018. 9788522128044. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522128044/>.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. Estatística básica. Editora Saraiva, 2017.

9788547220228. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220228/>.

TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística, 12ª edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521634256/>.

MUROLO, Afrânio Carlos. Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia complementar:

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2007.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

5.12.3.9 MATEMÁTICA FINANCEIRA

Ementa: Juros e capitalização simples. Capitalização composta. Descontos. Séries de pagamentos. Métodos de avaliação de fluxos de caixa. Classificação das taxas de juros. Operações com produtos financeiros nos mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial. Sistemas de amortização. Comandos básicos de matemática financeira em planilhas eletrônicas e calculadoras.

Bibliografia básica:

CARVALHO, Juracy. Análise econômica de investimentos. QualityMark, 2002.

LAPPONI, Juan Carlos. Matemática financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MATHIAS, W.; GOMES, J. Matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAPPONI, Juan Carlos. Modelagem financeira com Excel: para cursos de administração, finanças, economia e MBAS. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

5.12.3.10 COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (Esta disciplina atende a Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Parecer CNE/CP nº 3/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2012)

Ementa: Fundamentos e níveis do comportamento organizacional. Clima e comprometimento organizacional. Poder e conflito. O fenômeno do preconceito étnico-racial no ambiente organizacional. Grupos e equipes. Responsabilidade social. Temas emergentes.

Bibliografia básica

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. Elementos de comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 2004.

KINICKI, A.; KREITNER, R. Comportamento organizacional. 2. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ROBBINS, S. P; JUDGE, Ti. A; SOBRAL, Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. Sao Paulo: Pearson, 2010.

WAGNER, J., A.; HOLLENBECK, J., R. Comportamento Organizacional: criando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva 2006.

Bibliografia complementar

ADIZES, I. Os ciclos de vida das organizações: como e porque as empresas crescem e morrem e o que fazer a respeito. São Paulo: Thomson Learning, 1990.

AGUIAR, M. M. A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba - MG. Dourados: Ed. UFGD, 2009.

ALPASS, L. F. O comportamento humano: um programa para autoaprendizagem. Rio de Janeiro: Renes, 1969.

BERGAMINI, C. W. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. O poder nas organizações. São Paulo: Thomson, 2007.

DEL P. M; VENÂNCIO, R. Ancestrais. Uma introdução à história da África Atlântica. Rio de Janeiro, Editora Atlântica. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.

FREITAS, M. E. de. Cultura organizacional: evolução e crítica. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

FRITZ, R.T. Estrutura e comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 2006.

HALL, R. V. Modificação de comportamento: a mensuração do comportamento. São Paulo: EPU, 1973.

LANER, A. dos S.; CRUZ JUNIOR, J. B. da. Repensando as organizações: da formação a participação. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

LUZ, R. Gestão do clima organizacional. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

MALPASS, L. F. O comportamento humano: um programa para autoaprendizagem. Rio de

Janeiro: Renes, 1969.

MORGAN, G. Imagens da organização. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PASSOS, E. Ética nas organizações. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

REESE, A. P. Análise do comportamento humano. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005.

SCHEIN, E. H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

SIQUEIRA, M. M. M. Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. 11. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

THOMPSON, J. D. Dinâmica organizacional: fundamentos sociológicos da teoria administrativa. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

TORRES, C. V.; NEBRA, A. R. P. Diversidade cultural no contexto organizacional. In.: Psicologia, Organização e Trabalho no Brasil. Artmed, 2004.

VASCONCELOS, I. F. G. Organizações em aprendizagem. São Paulo: Thomson, 2007.

5.12.3.11 GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS (Esta disciplina atende a Lei nº 9.795/1999; o Decreto nº 4.281/2002; a Resolução CNE/CP nº 02/2012).

Ementa: Cadeia de suprimentos: conceitos básicos; visão sistêmica; e gestão integrada. Logística conceitos e aplicações. Operações logísticas internas e externas: transporte; distribuição; estoque; e armazenamento. Logística reversa. Logística verde. Logística internacional (características de operação). Gestão estratégica. Sistemas de informação e TIC. Comércio eletrônico. Suprimento global. Inovações tecnológicas em operações. Planejamento e controle da produção (introdução à disciplina).

Bibliografia básica:

BALLOU, R. H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 616 p.

BOWERSOX, D. J. et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos [recurso eletrônico] / Donald J. Bowersox ... [et al.]; revisão técnica: Alexandre Pignanelli; tradução: Luiz Claudio de Queiroz Faria. – 4. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014. 9788580553185. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553185/>

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.

D'AGOSTO, M. de A; OLIVEIRA, C. Logística sustentável: vencendo o desafio contemporâneo da

cadeia de suprimentos / Márcio de Almeida D'Agosto, Cíntia Machado de Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. 376p. 9788595153264. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595153264/>.

NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 404 p.

PIRES, M. R. S.; SILVEIRA, R. M. Logística e gestão da cadeia de suprimentos. Porto Alegre: Grupo A, 2016. 9788569726951. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726951/>

TADEU, H. F. B....[et al.]. Logística Reversa e Sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. 9788522113941. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113941/>.

Bibliografia complementar:

CHOPRA, S. Gestão da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 519 p.

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DIAS, M. A. P. Administração de Materiais - Uma Abordagem Logística. São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788597022100. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022100/>

GOMES, C. F. S. Gestão da cadeia de suprimentos integrada a tecnologia da informação / Carlos Francisco Simões Gomes, Priscilla Cristina Cabral Ribeiro. -- 2. ed. revista e atualizada -- São Paulo: Cengage Learning; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2013. 9788522115679.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522115679/>

GONÇALVES, P. S. Administração de materiais. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

9788595156036. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156036/>.

LEITE, P. R. Logística reversa. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. 9788547215064. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215064/>.

PAOLESCHI, B. Almoxarifado e gestão de estoques. São Paulo: Editora Saraiva, 2019.

9788536532400. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532400/>

PEREIRA, A. L.; TADEU, H. F. B.; BOECHAT, C. B. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 192 p.

PIRES, M. R. S; SILVEIRA, R. M. Logística e gestão da cadeia de suprimentos [recurso eletrônico] / Organizadores, Marcelo Ribas Simões Pires, Rodrigo Mércio Silveira. – Porto Alegre: SAGAH, 2016. 9788569726951. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726951/>

POZO, H. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística / Hamilton Pozo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 9788597004427. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597004427/>

REIS, J. G. Qualidade em Redes de Suprimentos: A Qualidade Aplicada ao Supply Chain Management. São Paulo: Grupo GEN, 2015. 9788522497997. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497997/>

SLACK, N; JOHNSTAN, R.; CHAMBERS, S. Administração da produção. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

5.12.3.12 ANÁLISE DE DESEMPENHO EM CUSTOS E FINANÇAS

Ementa: Introdução à gestão de custos. Material direto. Mão de obra direta. Custos indiretos de fabricação. Custeio por departamentos. Custeio por processos. Custeio por ordens de produção. Custeio-padrão. Custeio baseado em atividades. Custos da produção conjunta. Custeio variável. Custos para decisão. Efeito dos tributos sobre custos e preços. Formação de preços: aspectos quantitativos. Formação de preços: aspectos qualitativos. Custos e estratégia. Métodos quantitativos aplicados a custos.

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Curso básico de contabilidade de custos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. Contabilidade de custos. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 2 v.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia complementar:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006

LEONE, George. S. G. Curso de contabilidade de custos: Contém custeio ABC. São Paulo: Atlas, 2000.

5.12.3.13 PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

Ementa: Psicologia Organizacional e do Trabalho: Apresentação e aplicação nas organizações: das principais Teorias da Personalidade; das Teorias da Motivação e Satisfação no Trabalho; das Teorias da Percepção, da Aprendizagem e da Identificação Organizacional. Articulação entre os

conceitos estudados com as noções de qualidade de vida e sofrimento no trabalho, bem como seus impactos na vida do trabalhador e na produtividade das organizações.

Bibliografia básica:

DEJOURS, Cristophe. A loucura do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992

FIORELLI, José Osmir. Psicologia para administradores: integrando teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GAULEJAC, VINCENT. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2007.

MINICUCCI, Agostinho. Psicologia aplicada à administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ZANELLI, JOSÉ CARLOS; BORGES-ANDRADE, JAIRO EDUARDO ANTONIO; BASTOS, VIRGÍLIO BITTENCOURT. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014

Bibliografia complementar:

CHANLAT, Jean-François (Coord.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas (vol. I). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BERGAMINI, CECÍLIA WHITAKER. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

DEJOURS, Cristophe: Da Psicopatologia à Psicodinâmica Do Trabalho. Selma Lancman & Laerte I. Szneman (organizadores). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2004

FREITAS, MARIA ESTER de. Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

ZANELLI, Jose Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio V. Bittencourt (Orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Bookman, 2004.

5.12.3.14 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Ementa: Introdução às finanças corporativas. Análise das demonstrações financeiras. Desempenho operacional e alavancagem financeira. Gestão baseada no valor. Risco e retorno. Teoria do portfólio. Modelo de precificação de ativos e custo de oportunidade. Alavancagem operacional e risco sistemático. Custo de capital e criação de valor. Fontes de financiamento a longo prazo no Brasil. Decisões de dividendos. Capital de giro (Administração de Caixa, Valores a Receber e Estoques). Avaliação de empresas (*Valuation*).

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Harbra, 2004.
ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira: Corporate Finance. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia complementar:

BRIGHAM, Eugene F. e EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Thompson Learning, 2006.
MATIAS, Alberto Borges (Coord.). Finanças empresariais estratégicas. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2019.
JORDAN, Bradford D., ROSS, Stephen A. e WESTERFIELD, R. W. Administração financeira. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias: livro-texto. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; ALLEN, Franklin. Princípios de finanças corporativas. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2018.

5.12.3.15 GESTÃO DE PESSOAS I (Esta disciplina atende a Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Parecer CNE/CP nº 3/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2012)

Ementa: Fundamentação e ambiente da gestão de pessoas. Papeis da gestão de pessoas. Processos e de Gestão de Pessoas (RH). Tecnologias em Gestão de Pessoas. Relações Trabalhistas. Direitos Humanos, interculturalidade e reconhecimento.

Bibliografia básica:

AVILA, A. F. D Formação do capital humano e retorno dos investimentos em treinamento. Brasília: embra, 1983.
BENEVIDES, M. V. M.; SCHILLING, F. Direitos humanos e educação: outras palavras, outra prática. São Paulo, SP: Cortez, 2005. 264 p.
CARVALHO, A. V. de; NASCIMENTO, L. P. do. Administração de recursos humanos. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 2002.
CARVALHO, J. M. de Cidadania no Brasil: o longo caminho. 14. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011,
LACOMBE, F. J. M. Recursos humanos: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2005.
MILKOVICH, GEORGE T.; BOUDREAU, JOHN W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2006.
PIOVESAN, F. Temas de direitos humanos. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 608 p.
RIBEIRO, A. de L. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SNELL, S.; BOHLANDER, G. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Alnice. Captação e seleção de talentos: repensando a teoria e a prática. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHIAVENATO, I. Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

DUTRA, J. S. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GASALLA, José Maria. A Nova gestão de Pessoas: o talento do executivo. São Paulo: Saraiva, 2007.

FAISSAL, R. Atração e seleção de pessoas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. Competências & desempenho organizacional: o que há além do balanced scorecard. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANCA, A. C. L. Práticas de recursos humanos - PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

HIPOLITO, J. A. M. Administração salarial: a remuneração por competências como diferencial competitivo. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMONGI-FRANCA, A. C. As pessoas na organização. 13. ed. São Paulo: Gente, 2002.

LUCENA, M. D. da S. Avaliação de desempenho. São Paulo: Atlas, 1992.

MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOE, Raymond A. Treinamento e Desenvolvimento de pessoas. 6ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597013573>.

OLIVEIRA, A. de. Manual de descrição de cargos e salários. São Paulo: Atlas, 2007.

REIS, G. G. Avaliação 360 graus: um instrumento de desenvolvimento gerencial. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, A. de L. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão e treinamento de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2018.

Disponível em: <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

VERGARA, S. C. Gestão de pessoas. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

WOOD JR., T.; PICARELLI FILHO, V. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

ZIMPECK, B. G. Administração de salários. 7. São Paulo: Atlas, 1992.

5.12.3.16 MARKETING I

Ementa: Definição e concepções de marketing: troca, filosofia e processo. Fundamentos de marketing e valor. Análise do ambiente de marketing. Gestão estratégica de marketing: Segmentação de mercado, seleção de mercado-alvo e posicionamento. Ciclo de vida do produto. Marketing de serviços.

Bibliografia básica:

CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.

FERRELL, O. C; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Bibliografia complementar:

COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOOLEY, Graham J; SAUNDERS, John A; PIERCY, Nigel F. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 9. ed. Pearson Prentice Hall, 2005.

LAS CASAS, Alexandre Luzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHERS, Raimar. Marketing: uma visão brasileira. 11. ed. São Paulo, SP: Elsevier, 2000.

SANDHUSEN, RICHARD L. Marketing essencial. 2. São Paulo: Saraiva, 2003.

5.12.3.17 ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I

Ementa: Gestão da produção e operações. Estratégias de produção. Projeto de produto e processo. Arranjo físico. Organização do trabalho. Planejamento e controle da produção na prática.

Bibliografia básica:

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SLACK, Nigel; JOHNSTAN, Robert; CHAMBERS, Stuart. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

CORREA, Henrique Luiz; CORREA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Thompson Learning, 2002.

SHINGO, Shigeo. O sistema Toyota de produção: o ponto de vista da engenharia de produção. 2. São Paulo: Bookman, 2008.

TUBINO, Dálvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e pratica. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TUBINO, Dálvio Ferrari. Sistemas de produção: a produtividade no chão de fábrica. Porto Alegre: Bookman, 2004.

ZACCARELLI, Sergio B. Administração estratégica da produção. São Paulo: Atlas, 1990.

5.12.3.18 GESTÃO ESTRATÉGICA

Ementa: Conceito e escolas da estratégia. Definições e formulações de estratégia. Análise dos ambientes externo e interno das organizações. Missão, visão, valores. Ferramentas e práticas de desenvolvimento, análise e implementação estratégica. Controle estratégico. Estudo de casos reais. Estudo de cenários estratégicos para corporações.

Bibliografia básica:

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane. HOSKISSON, Robert E. Administração estratégica: competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Thompson Learning, 2008.

OLIVEIRA, Djalma P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar:

ANSOFF, H. Igor; McDONNELL, Edward J. Implantando a administração estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

HREBINIAK, L. G. Fazendo a estratégia funcionar. Porto Alegre: Bookman, 2006.

JOHNSON, Gerry; SCHOLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. Explorando a Estratégia Corporativa: textos e casos. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MONTGOMERY, CYNTHIA A.; PORTER, MICHAEL E. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

5.12.3.19 ORÇAMENTO EMPRESARIAL E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS

Ementa: Planejamento, execução e controle. Planejamento estratégico. Orçamento empresarial.

Etapa operacional: orçamento de vendas, orçamento de produção, suprimentos e estocagem, orçamento de investimentos, orçamento de recursos humanos. Etapa financeira: gastos, investimentos, custos, despesas e perdas, custeio de produtos e serviços, projeção das demonstrações financeiras. Controle orçamentário. Evolução do processo de planejamento. Decisões de investimento e dimensionamento dos fluxos de caixa. Métodos de avaliação econômica de investimentos: Payback, Método do Valor Presente Líquido Descontado (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR, Método do Custo Anual Equivalente (CAE). Dinâmica dos métodos de avaliação de investimentos. Decisões de investimentos sob condições de risco ou incerteza.

Bibliografia básica:

CAMLOFFSKI, Rodrigo. Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas. São Paulo: Atlas, 2014.

FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, F.P.D.; ALVES, A. Análise de investimento e fontes de financiamento. Grupo A, 2018.

Bibliografia complementar:

BRUNI, Adriano Leal. Avaliação de investimentos / Adriano Leal Bruni. - 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2018.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007

SOBANSKI, Jaert J. Prática de orçamento empresarial: um exercício programado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

TITMAN, Sheridan. Avaliação de projetos e investimentos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WELSCH, Glenn Albert. Orçamento empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

5.12.3.20 GESTÃO DE PESSOAS II (Esta disciplina atende a Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Parecer CNE/CP nº 3/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Resolução CNE/CP nº 01/2012)

Ementa: Estratégias na gestão de pessoas: Qualidade de Vida no Trabalho; Gestão de Carreira e talentos; remuneração estratégica; gestão de competências, do conhecimento e aprendizagem organizacional; direitos humanos na gestão de pessoas; temas emergentes.

Bibliografia básica:

BARBIERI, Ugo Franco. Gestão de Pessoas nas organizações: o talento humano na sociedade da informação. São Paulo: Atlas, 2014.

BICHUTT, Luana Bernandi; BICHUETTI, José Luiz. Gestão de Pessoas não é com o RH. São Paulo: Saint Paul, 2020. Disponível em <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

BRANDÃO, Hugo Pena. Mapeamento de Competências. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em

RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão e treinamento de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2018.

Disponível em <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, A. David; WOLTER, Robert.; Fundamentos da gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

Bibliografia complementar:

BITTAR, E. C. B. Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. São Paulo: Manoele, 2004.

BOOG, G.; BOOG, M. Manual de gestão de pessoas e equipes: operações. 6. ed. São Paulo: Ed. Gente, 2002.

EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. Aprendizagem organizacional e organização de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.

HARRISON, J. S. Administração estratégica de recursos e relacionamentos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MADRUGA, Roberto: employee experience, gestão de pessoas e cultura organizacional: a trilogia para atrair, engajar e desenvolver talentos. São Paulo: Atlas, 2021 . disponível em:

<https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1997.

RIBEIRO, A. de L. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão e treinamento de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2018.

Disponível em <https://sophia.ufgd.edu.br/terminal/>

VASCONCELOS, I. F. G. Organizações em aprendizagem. São Paulo: Thomson, 2007.

5.12.3.21 MARKETING II

Ementa: Gestão do composto de marketing: decisões e estratégias de produto, de distribuição, de precificação e de comunicação. Planejamento e plano de marketing.

Bibliografia básica:

CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.

URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. Gestão do composto de marketing. São Paulo, SP:

Atlas, 2011.

Bibliografia complementar:

DIAS, Sergio Roberto (Org.). Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERRELL, O. C; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

HOOLEY, Graham J; SAUNDERS, John A; PIERCY, Nigel F. Estratégia de marketing e posicionamento competitivo. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005.

LAS CASAS, Alexandre Luzi. Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2012.

RICHERS, Raimar. Marketing: uma visão brasileira. 11. ed. São Paulo, SP: Elsevier, 2000.

SANDHUSEN, RICHARD L. Marketing essencial. 2. São Paulo: Saraiva, 2003.

5.12.3.22 ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II

Ementa: Planejamento e controle da capacidade produtiva. Sistemas integrados de gestão (MRP I e II, ERP). Sistemas flexíveis de produção. Planejamento e controle de projetos. Melhoramento da produção. Controle da qualidade.

Bibliografia básica:

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MOREIRA, D. A. Administração da produção e operações. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SLACK, Nigel; JOHNSTAN, Robert; CHAMBERS, Stuart. Administração da produção. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

BALLOU, RONALD H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.

CORREA, Henrique Luiz; CORREA, Carlos A. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GAITHER, N.; FRAZIER, G. Administração da produção e operações. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

TUBINO, D. F. Planejamento e controle da produção: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

5.12.3.23 DIREITO EMPRESARIAL

Ementa: Direito de empresa; Empresário individual e coletivo. Estabelecimento empresarial.

Obrigações do empresário. Direito societário. Contratos empresariais. Teoria Geral dos Títulos de Crédito.

Bibliografia básica:

COELHO, Fábio U. Manual do direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2009.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia complementar:

COELHO, Fábio. U. Curso de Direito Comercial. Vol. I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

HILU NETO, Miguel (coord.). Questões atuais de direito empresarial. São Paulo: MP, ACAE, 2007.

RODRIGUES, Frederico Viana. (Coord.). Direito de empresa no Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

5.12.3.24 ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Ementa: A importância dos sistemas de informação para a gestão. Conceitos, aplicações, níveis de abrangência e influência, componentes e tipos de sistemas de informação. Planejamento, desenvolvimento e implementação de sistemas de informação. Informações e dados no processo decisório. Novas tendências em tecnologia da informação.

Bibliografia básica:

BALTZAN, P.; PHILLIPS, A. Sistemas de Informação. Porto Alegre: Grupo A, 2012.

9788580550764. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550764/>

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. Administração de Sistemas de Informação. Porto Alegre: Grupo A, 2012. 9788580551112. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551112/>

ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. Administração de Sistemas de Informação - E a gestão do conhecimento - 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013.

9788522114672. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114672/>

SORDI, J. O. D.; MANUEL, M. Administração de Sistemas de Informação. 2ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 9788553131532. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131532/>

Bibliografia complementar:

ANGELONI, M. T. Organizações do Conhecimento - Infraestrutura, Pessoas e Tecnologia, 2ª ed.

São Paulo: Editora Saraiva, 2008. 9788502125094. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125094/>.

CRUZ, T. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI e introdução ao BPM e BPMS, introdução ao CMM-I, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. 408 p.

KROENKE, D. M. Sistemas de informação gerenciais, 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. 9788502183704. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502183704/>.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Sistemas de informação gerenciais, 11ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 484 p.

SANTOS, A. A. Informática na Empresa, 6ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. 9788522499175. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499175/>.

SOUZA, C. A. DE; PRADO, E. P. V. Fundamentos de sistemas de informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 299 p.

5.12.3.25 PESQUISA MERCADOLÓGICA

Ementa: Introdução à pesquisa de marketing. Natureza e escopo da pesquisa de marketing. Tipos, fontes e formas de coleta de dados. Medidas e instrumentos de coleta de dados. Amostragem. Processamento e Análise de dados. Relatório de Pesquisa de Marketing. Apresentação dos resultados.

Bibliografia básica:

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTAR, Fauze N. Pesquisa de marketing: execução, análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Bibliografia complementar:

AAKER, David A; KUMAR, V.; DAY, George S. Pesquisa de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MALHOTRA, Naresh K. Introdução a pesquisa de marketing. São Paulo: Pearson, 2008.

MCDANIEL, CARL; GATES, ROGER. Pesquisa de marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

SAMARA, Beatriz Santos; BARROS, Jose Carlos. Pesquisa de marketing: conceitos e metodologia. 3. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

5.12.3.26 METODOLOGIA DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Ementa: Ciência e Conhecimento. Tipos e Métodos de pesquisa. Ética na pesquisa. Etapas do

projeto de pesquisa: fontes de pesquisa; normatizações e desenvolvimento.

Bibliografia básica:

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, C. A. M.; AZEVEDO, A. G. Metodologia científica: contributos práticos e elaboração de trabalhos acadêmicos. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008.

CHALMERS, A. F. O que é Ciência, Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAUÍ, M. de S. Convite à filosofia. 14.ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. São Paulo: Atlas, 2008.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KERLINGER, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU: Editora USP, 1980.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: 2010.

MORIN, E. Ciência com consciência. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 344p.

5.12.3.27 DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

Ementa: Relação de trabalho e relação de emprego. Contrato de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Empregado. Empregador. Identificação profissional. Salário. Duração do trabalho. Higiene e Segurança do trabalho. Férias. Noções gerais sobre as normas especiais de tutela do trabalho. Extinção do contrato de trabalho. Fundo de garantia do tempo de serviço. Noções preliminares sobre o sistema de seguridade social no Brasil. Direito da seguridade social. Custeio da seguridade social. Direito previdenciário. Assistência social. Direito da Saúde. Direito acidentário.

Bibliografia básica:

COIMBRA, J. R. Feijó. Direito previdenciário brasileiro. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 2001.

MARTINS, Sergio Pinto. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia complementar:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

NASCIMENTO, Amauri M. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho e relações individuais e coletivas do trabalho. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MACHADO, Hugo de B. Curso de direito tributário. 28. ed. São Paulo: Maheiros, 2007.

ANDRADE, E. G. L. de. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Saraiva, 1992.

CASSONE, V. Direito tributário. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SARAIVA, R. Curso de direito processual do trabalho. 5. ed. São Paulo: Método, 2008.

VIEIRA, J. C; PINHEIRO, P. S. de M. S. Democracia e direitos humanos no Brasil. São Paulo, SP: Loyola, 2005. 153p.

5.12.3.28 ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS (Esta disciplina atende a Lei nº 9.795/1999; o Decreto nº 4.281/2002; a Resolução CNE/CP nº 02/2012).

Ementa: Tipos de projetos. Estrutura do projeto. Estudo de mercado. Estudo de localização. Estudo de tamanho. Estudo de engenharia. Orçamento de custos e receitas. Investimentos. Financiamentos. Técnicas de avaliação de projeto. Técnicas de avaliação de projetos: avaliação privada, avaliação social e análise financeira. Responsabilidade Social e Ambiental.

Bibliografia básica:

DORNELAS, José. Plano de negócios com o modelo Canvas: guia prático de avaliação de ideias de negócio. 2. ed. – São Paulo: Empreende, 2020. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca), da UFGD em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587052076/cfi/0!/4/2@100:0.00>

CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresariais: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo, SP: Atlas, 2014. 248p. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca), da UFGD em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008180/cfi/6/2!/4/2/2@0:0>

BIAGIO, Luiz Arnaldo. Como elaborar o plano de negócios. Editora Manole. Barueri. SP; 2014. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca), da UFGD em

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520447338/cfi/0!/4/2@100:0.00>

DORNELAS, José. Plano de negócios: seu guia definitivo: o passo a passo para você planejar e criar um negócio de sucesso. 2. ed. – São Paulo: Empreende, 2016. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca), da UFGD em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788566103090/cfi/0!/4/2@100:0.00>

HOFFMAN, Reid; YEH, Chris. BLITZSCALING: o caminho mais rápido para construir negócios extremamente valiosos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca), da UFGD em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550807591/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]/4/2/2%4050:78](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550807591/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]/4/2/2%4050:78)

Bibliografia complementar:

CONTADOR, Cláudio Roberto. Projetos Sociais. 5a edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2014.

Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca) da UFGD em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489992/cfi/0!/4/4@0.00:21.5>

MASAKAZU, Hoji. Matemática Financeira didática, objetiva e prática. 1a Edição. Ed. Atlas. São Paulo. 2016. Disponível na biblioteca virtual (Minha Biblioteca) da UFGD em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007527/cfi/6/2!/4/2/2@0:0.0795>

BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 1994.

CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos empresariais e públicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WOILER, Sansão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

5.12.3.29 EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Ementa: Fundamentação do empreendedorismo e inovação. Relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Noções de Propriedade Intelectual. Processo e desenvolvimento de negócios inovadores. Políticas e programas apoio a inovação. Ferramentas para a inovação.

Bibliografia básica:

BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788582605189. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582605189>

DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 8. ed. São Paulo: Fazendo Acontecer, 2021. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9786587052083.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786587052083>.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação: uma abordagem estratégica, organizacional e de gestão de conhecimento. 3. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788595150812. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595150812>. OSTERWALDER, Alexandre; PIGNEUER, Yves. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios. Rio de

Janeiro: Alta Books, 2019. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9786555204605.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555204605> VIANA, M. et all.

Design Thinking: Inovação em Negócios. Rio de Janeiro, MJV Press, 2012. Acesso em:

<https://www.livrodesignthinking.com.br/>

Bibliografia complementar:

AKABANE, Getúlio K.; POZO, Hamilton. Inovação, tecnologia e sustentabilidade: histórico, conceitos e aplicações. São Paulo: Erica, 2019. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788536532646. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788536532646>.

BROWN, Tim. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788550814377. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788550814377>.

CARVALHO, Marco Aurélio de. Inovação em produtos: IDEATRIZ, uma aplicação da TRIZ; Inovação sistemática na ideação de produtos. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788580391794. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580391794>.

CHESBROUGH, Henry; VANHAVERBEKE, Wim; WEST, Joel. Novas fronteiras em inovação aberta. São Paulo: Blucher, 2017. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9788521211211. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788521211211>.

LACERDA, Nizte. Introdução aos instrumentos de proteção e negociação de direitos de propriedade intelectual. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 2002.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Manual de Oslo:

Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3 edição. Paris: OCDE, 1997

RIBEIRO, Joana. Inovação na prática: design thinking e ferramentas aplicadas a startups. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. Livro digital [e-book]. (1 recurso online). ISBN 9786555201574.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786555201574>.

5.12.3.30 ECONOMIA BRASILEIRA

Ementa: A desintegração do modelo econômico agrário-exportador e a emergência do padrão industrial. O Processo de industrialização brasileiro. A estagnação econômica dos anos 1960 e as mudanças institucionais. O "Milagre Econômico Brasileiro". A década de 1980: estagnação, inflação e planos para estabilização econômica. A década de 1990: Abertura Comercial e Plano Real. Aspectos conjunturais a partir do século XXI: dilemas e perspectivas.

Bibliografia básica:

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. São Paulo: Campus. 2000.

BAER, Werner. Economia brasileira. São Paulo: Nobel, 2002.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2006.

Bibliografia complementar:

MARIANO, Jefferson. Introdução à economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARQUES, Rosa Maria; REGO, José Márcio; (Orgs.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

COSTA, Clovis Corrêa da. A história do futuro do Brasil (1140 – 2040). São Paulo: Saraiva, 2007.

MARQUES, Rosa Maria; BOCCHI, João Ildibrando. Desafios para o Brasil: como retomar o crescimento econômico nacional? São Paulo: Saraiva, 2003.

5.12.3.31 GESTÃO POR PROCESSOS

Ementa: Conceitos básicos de gestão por processo. Mapeamento de processos organizacionais. Processos organizacionais: visão tradicional da empresa e visão por processos. Classificação, hierarquia e medidas de desempenho. Organização do trabalho: (re)definição dos processos e dos fluxos de informações. Determinação das metas e dos clientes dos processos. Reengenharia: conceitos, definições, técnicas e princípios.

Bibliografia básica:

DE SORDI, José Osvaldo. Gestão por processos: uma abordagem da moderna Administração. 2. ed., Saraiva, 2008.

TACHIZAWA, Takeshy; SCAICO, Oswaldo. Organização flexível: qualidade na gestão por processos. 2. ed. Atlas, 2006.

WOOD JR. Thomaz. Gestão empresarial: oito propostas para o terceiro milênio. 2. ed. Atlas, 2001.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v. 1. 4. ed. Atlas, 2008.

ARAUJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. v. 2. 2. ed. Atlas, 2006.

CRUZ, Tadeu. Workflow: A tecnologia que vai revolucionar processos. Ed. Atlas, 1998.

CURY, Antônio. Organização & Métodos: uma visão holística. 8. ed. Atlas, 2005.

TOMASKO, R.M. Rethinking: repensando as corporações. São Paulo: Makron Books, 1994.

5.12.3.32 ADMINISTRAÇÃO DE VAREJO

Ementa: Introdução ao varejo. Principais tipos de varejo. Cliente do varejo. Comportamento de compra no varejo. Estratégias de varejo: mercado, financeira, localização, recursos humanos e

logística. Gerenciamento de mercadorias: mix, sistema de compras, preço e promoção. Gerenciamento de lojas: layout e atendimento ao cliente.

Bibliografia básica:

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2006.

PARENTE, JURACY. Varejo no Brasil: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2011.

URDAN, Flavio Torres; URDAN, André Torres. Gestão do composto de marketing. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

Bibliografia complementar:

DAVID, Miguel; RABELLO, Walter. Marketing de varejo: como incrementar resultados com a prestação de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DIAS, Sergio Roberto (Org.). Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAS CASAS, ALEXANDRE LUZZI. Marketing de varejo. 4. ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SERRENTINO, Alberto. Inovações no varejo: decifrando o quebra-cabeça do consumidor. São Paulo: Saraiva, 2006.

5.12.3.33 JOGOS DE EMPRESAS E SIMULAÇÃO

Ementa: Jogos de empresas: realização de simulações empresariais. Tomadas de decisões nas empresas simuladas em ambientes competitivos. Visão gerencial e competitividade. A informação e a comunicação no processo decisório. Introdução ao Processo Decisório. O modelo racional da tomada de decisão e modelo da racionalidade limitada. A natureza da decisão. Processo Decisório nos setores público e privado. Técnicas e instrumentos de apoio à decisão.

Bibliografia básica:

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda. Jogos de Empresa e técnicas vivenciais. São Paulo: Makron Books, 1997.

MOORE, Jeffrey H.; WEATHERFORD, Larry R. Tomada de decisão em administração com planilhas eletrônicas. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SHIMIZU, Tâmio. Decisão nas organizações. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

BAZERMAN, Max H.; MOORE, Dan. Processo decisório. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira de; GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HELLER, ROBERT. Os tomadores de decisão. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991.

MARION, Arnaldo Luís Costa; MARION, José Carlos. Metodologias de ensino na área de negócios: para cursos de administração, gestão, contabilidade e MBA. São Paulo: Atlas, 2006.

VICENTE, Paulo. Jogos de empresas. São Paulo: Makron Books, 2000.

5.12.3.34 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Ementa: Construção de instrumento de coleta de dados qualitativos e quantitativos. Organização dos dados. Métodos de análise e descrição.

Bibliografia básica:

BOTELHO, D.; ZOUAIN, D. M.; ALMEIDA, A. R. Pesquisa quantitativa em administração. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FLICK, U. Introdução a pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2009.

Bibliografia complementar:

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZOUAIN, D. M.; VIEIRA, M. M. F. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

5.12.3.35 AGRONEGÓCIO (Esta disciplina atende a Lei nº 9.795/1999; o Decreto nº 4.281/2002; a Resolução CNE/CP nº 02/2012).

Ementa: Conceitos introdutórios. Abordagem no Brasil e no mundo. Visão sistêmica e estruturas analíticas. Organização industrial. Estratégias de marketing, logística e distribuição. Cooperação e economia compartilhada. Inovação tecnológica. Temas emergentes. Responsabilidade Social e Ambiental. Educação ambiental como instrumento de gestão.

Bibliografia básica:

ARAUJO, M. J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.

BATALHA, M. O. Gestão do agronegócio: textos selecionados. São Carlos: Edufscar, 2009.

BRUNA, Gilda Collet; ROMERO, Marcelo de Andrade; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004. 1045 p.

CALLADO, A. A. C. Agronegócio. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

NEVES, M. F.; NEVES, E. M.L; ZYLBERSZTAJN, D. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 1

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, A. V.; LEITE, JOSE L. B.; GOMES, A. T. O agronegócio do leite no Brasil. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2001.

CASTRO, L. T. E.; NEVES, M. F. Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2003.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate. 4ª Ed, São Paulo: Cortez 2006.

MAIA, I. Cooperativa e prática democrática. São Paulo: Cortez, 1985.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo, SP: Pearson, 2007.

NEVES, M. F. Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.

ORTEGA, A. C.; SILVA, J. F. G. da. Agronegócios e representações de interesses no Brasil. Uberlândia, MG: Ed. UFU, 2008.

ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2008.

ZILBERSZTAJN, D.; SCARE, R. F. Gestão da qualidade no agribusiness: estudos de casos. São Paulo: Atlas, 2003.

5.12.3.36 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ementa: Relações entre Estado, governo, sociedade e administração pública. Fases da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Nova administração pública e desmonte do Estado. Interesses, instituições e políticas públicas.

Bibliografia básica:

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração pública. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução a gestão pública. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

SPINK, Peter; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma do estado e administração pública gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz C.; SPINK, Peter K (Org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Bibliografia Complementar:

AVELAR, Lúcia (Org.). Sistema político brasileiro. São Paulo: UNESP, 2009.

IGLESIAS, F. Trajetória política do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O que é burocracia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

O'CONOOR, J. USA: A Crise do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

MATIAS-PEREIRA, Jose. Manual de gestão pública contemporânea. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo; MELLO, Adilson da Silva. Meandros da gestão pública. Florianópolis: Premier, 201

5.12.3.37 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ementa: Realização de estágio curricular supervisionado. Experiência prática junto à gestão empresarial (pública, privada e ONG's) com entrega de relatório parcial de estágio contendo o diagnóstico da organização, as atividades desenvolvidas e as sugestões de melhorias para a organização estudada. Orientação por professor familiarizado com a especialidade escolhida para o estágio.

Bibliografia básica:

VERGARA, Sylvia C. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ROESCH, S.M.A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2005.

Bibliografia complementar:

KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

5.12.3.38 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Ementa: Regulamentação específica.

Bibliografia básica:

Regulamento de Atividades Complementares dos cursos da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Bibliografia complementar:

Regulamento de Atividades Complementares dos cursos da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

5.12.3.39 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Ementa: Regulamentação específica.

Bibliografia básica:

Regulamento de Atividades de Extensão dos cursos da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Bibliografia complementar:

Regulamento de Atividades de Extensão dos cursos da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

5.12.3.40 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ementa: Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso sob a forma de monografia que contenha os elementos: Introdução com definição de problemática, objetivos e justificativa; Referencial teórico/bibliográfico; Metodologia com a delimitação da pesquisa e objeto de estudo e análise dos dados, conclusões, Referências utilizadas, que contemple a área das Ciências Sociais Aplicadas.

Bibliografia básica:

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, M. C. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia complementar:

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Joulana Jordan. Monografia no curso de administração. São Paulo: Atlas, 2007.

PARRA FILHO, D. SANTOS, J. A. Apresentação de trabalhos científicos: monografia, TCC, teses, dissertações. 4. Ed. São Paulo: Futura, 2000.

6. APOIO AO DISCENTE

A UFGD disponibiliza uma variedade de ações e programas de suporte à vida acadêmica de seus estudantes. São vários programas de bolsas e auxílios (o estudante recebe um valor em dinheiro, geralmente mensal, por um determinado período) oportunizados todos os anos aos estudantes, nas mais diversas atividades e de diferentes modalidades (ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte, auxílio alimentação, auxílio creche etc.). Além disso, a UFGD conta com Restaurante Universitário (RU), com refeições parcialmente subsidiadas, Moradia Estudantil, para os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, atendimento psicossocial, dentre outros equipamentos e serviços.

6.1. Ações e Programas da UFGD extensivos aos discentes do curso de Administração

Em detalhe, as ações e programas de apoio aos discentes da UFGD são extensivos aos discentes do curso de Administração e são enumerados a seguir:

6.1.1. Auxílio Alimentação

O Programa Auxílio Alimentação é um benefício financeiro que objetiva oferecer condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica aos estudantes da UFGD em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a contribuir com sua permanência e conclusão de curso na Instituição. É destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, que não sejam portadores de diploma de curso superior.

6.1.2. Auxílio Creche

O Programa de Assistência Estudantil Auxílio-Creche consiste em subvenção financeira de suprimento parcial, destinada aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de aulas presenciais, que tenham a guarda/tutela ou sejam responsáveis legais de menor na faixa etária de zero a cinco anos e onze meses, desde que residente com o estudante requerente e, necessariamente, não beneficiário de vaga em creches da rede pública.

6.1.3. Auxílio Emergencial

O Programa de Assistência Estudantil Auxílio Financeiro Emergencial, tem por objetivo

atender demandas emergenciais que coloquem em risco a permanência do estudante ingressante no primeiro semestre dos cursos de graduação presenciais da UFGD, com moradia fora da localização do município de Dourados e em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica quando há impossibilidade de enquadramento nos prazos e programas de Editais regulares dos Programas de Assistência Estudantil da UFGD.

6.1.4. Atendimento Psicossocial

É uma política de assistência estudantil que visa desenvolver ações de orientação e assistência psicossocial aos estudantes, contribuindo para a superação de suas dificuldades sociais e psicológicas, também presta informações e esclarecimentos sobre temas específicos de interesse da comunidade universitária. O objetivo é a permanência do acadêmico na Universidade, contribuindo para seu bem-estar psicossocial no ambiente Universitário.

O Atendimento é realizado por meio de Psicoterapia breve e pontual e Plantão Psicológico, com foco nas dificuldades emocionais, psíquicas e sociais que estejam prejudicando o desempenho acadêmico e os relacionamentos interpessoais no âmbito da Universidade. O enfoque ainda é sobre as potencialidades que o estudante possui para administrar as dificuldades enfrentadas na vida acadêmica. Também são realizadas Campanhas Psicoeducativas, Rodas de Conversa e Grupos de Apoio, como forma de prevenir a enfermidade e promover saúde mental.

Há ainda o encaminhamento para especialidades médicas e/ou Políticas de Saúde Mental quando necessário. O trabalho é feito com o cuidado, Prevenção e Promoção da Saúde Mental na Universidade.

6.1.5. Bolsa Permanência UFGD

O Programa Bolsa Permanência UFGD é um benefício financeiro concedido aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de apoiar financeiramente o estudante para sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de ordem socioeconômica. É destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, que não sejam portadores de diploma de curso superior.

6.1.6. Bolsa Permanência MEC

O PBP (Programa de Bolsa Permanência) é uma ação implementada pelo Governo Federal, viabilizada a partir da concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições

federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade, sobretudo estudantes indígenas e quilombolas, que busca: viabilizar a permanência, no curso; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e promover a democratização do acesso ao ensino superior. O referido recurso (\$) é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

6.1.7. Brinquedoteca

A Brinquedoteca – UFGD, abre suas portas para atender aos filhos(as) de estudantes da Unidade II através do Projeto Brinquedoteca UFGD, vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROAE. Tem por objetivo oportunizar um espaço de convivência, de desenvolvimento de atividades lúdicas para as crianças, melhor qualidade de vida e de aprendizagem para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica UFGD, cadastrados como Perfil na PROAE, possibilitando a diplomação. A Brinquedoteca é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico que incentive: a brincadeira do faz-de-conta; a dramatização; a construção; a solução de problemas; a socialização e a vontade de inventar; contribuindo para o desenvolvimento da imaginação, amizade, solidariedade, criatividade e autonomia.

6.1.8. Esporte e Lazer

Alicerçada na Política de Lazer e Esportes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Resolução 125 de 29 de agosto de 2013), a Divisão de Esportes e Ações Comunitárias (DIESP) desenvolve, ao longo do ano, diversas atividades direcionadas a comunidade acadêmica, incluindo monitoria desportiva cotidiana em várias modalidades, eventos desportivos constantes no calendário oficial e gerenciamento da utilização de todas as dependências do setor. As modalidades esportivas, em termos recreacionais e competitivos, abrangidas são: Futsal, Basquetebol, Voleibol, Handebol, Xadrez, Natação e Tênis de Mesa, podendo, a interesse da Divisão, oferecer outras vivências esportivas. Além disso, a DIESP implementará o Programa Equipes Esportivas UFGD (PROESP UFGD), uma ampliação do Time UFGD. O objetivo do PROESP UFGD será aumentar a participação e sucesso das equipes esportivas que representam a UFGD. Também, a DIESP oferta bolsas referentes às atividades esportivas visando uma maior interação entre a comunidade acadêmica por meio de atividades esportivas e de lazer.

6.1.9. Mobilidade Internacional

O Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional possibilita aos discentes da UFGD, em vulnerabilidade socioeconômica, participar de programas de mobilidade internacional oferecidos pela Instituição. Ao estudante beneficiado é concedida uma bolsa mensal pelo período de até seis meses, enquanto estiver realizando a mobilidade, e auxílio financeiro para aquisição das passagens aéreas (ida e volta) para o país de destino da mobilidade acadêmica internacional e demais deslocamentos internos no Brasil, seguro saúde internacional, despesas com visto e gastos extras (alimentação, transporte, hospedagem etc.). Ao contribuir com o desenvolvimento e formação dos estudantes, o Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional também participa do processo de internacionalização da UFGD.

6.1.10. Moradia Estudantil

O Programa de Assistência Estudantil - Moradia Estudantil da UFGD consiste na oferta de moradia de qualidade, em prédio próprio da UFGD, construído e estruturado para essa finalidade. Tem por objetivo garantir moradia aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em curso de Graduação presencial da UFGD, cujas famílias não residam no município de Dourados, de forma com que estes desenvolvam suas atividades acadêmicas, permaneçam e concluam o curso na Instituição. A Moradia Estudantil é usada exclusivamente para fins residenciais de estudantes da graduação presencial da UFGD.

6.1.11. Incentivo a Participação em Eventos Acadêmicos

O programa Incentivo a Participação em Eventos Acadêmicos tem como finalidade conceder ajuda de custo, em caráter eventual, aos estudantes PERFIL/PROAE, regularmente matriculados nos Curso de Graduação presencial, com apresentação de trabalho, em eventos acadêmicos com objetivo de desenvolver habilidades e competências importantes em sua formação e levar sua pesquisa ao público científico.

6.1.12. Restaurante Universitário

O Restaurante Universitário é um programa da Assistência Estudantil cuja finalidade é oferecer atendimento e alimentação de qualidade e nutricionalmente balanceada a toda comunidade acadêmica, contribuindo para a permanência e desenvolvimento integral dos

estudantes na Instituição. O Programa é de responsabilidade da Divisão de Administração de Contratos e Estruturas da Assistência Estudantil (DICA) e da Subseção de Gestão de Alimentação Universitária.

7. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO E AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

No curso de Administração da Universidade Federal da Grande Dourados, a avaliação da aprendizagem é uma atividade interna e contínua, consistindo na análise do desempenho do corpo discente, corpo docente e do próprio curso. Essa prática visa a busca de indicadores de desempenho das práticas educacionais em desenvolvimento no curso e fornecer *insights* para o diálogo entre os sujeitos envolvidos, além de estabelecer relações entre a realidade do aluno e a prática curricular e pedagógica no ensino, na extensão e pesquisa.

Desta forma, a avaliação se estrutura em diferentes momentos como de forma subsidiar a coordenação do curso, o corpo docente e funcionários na identificação das fragilidades do curso, para fazer a revisão do próprio projeto pedagógico, de prover melhorias na estrutura do curso e de planejar as atividades do curso. Neste sentido, a avaliação deve ser compreendida como uma atividade educativa, formadora envolvendo diversos atores, de forma identificar elementos essenciais para o aprimoramento das práticas de ensino, do desempenho do aluno assumindo-se como um potencial de transformação das diferentes dimensões do curso (Didático Pedagógico-Corpo Docente e Estrutura Física).

7.1. Sistema de autoavaliação do curso

A Avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem é essencial a educação assumir seu caráter formativo perante o aluno, que pode avaliar seus conhecimentos, suas competências e habilidades adquiridas nos momentos teóricos e práticos do curso e por conseguinte nos momentos que revisa os conteúdos, resolve as atividades individuais ou em grupo que são parte integrante deste processo.

A avaliação no curso de administração, consiste em:

- a) auto avaliação do curso – envolvendo alunos, professores e técnicos administrativos;
- b) avaliação do corpo docente - envolvendo os alunos e o próprio professor;
- c) avaliação da aprendizagem do corpo discente - envolvendo o professor e o próprio aluno; e
- d) revisão do PPC pelo Núcleo Docente Estruturante.

Para Hoffman (1998), a prática de avaliar não mudará nossas escolas com uso de leis, decretos, regimentos escolares, mas as mudanças só ocorrerão a partir do momento em que os educadores se enfrentarem com a realidade social que enfrenta. Esta advertência de Hoffman,

chama a atenção de dirigentes, coordenação e do corpo docente para que encarem a avaliação no curso, como um processo contínuo e participativo, de forma, formar bacharéis em administração conforme o compromisso (objetivo do curso e perfil do egresso), firmado neste PPC.

Assim, no curso, a avaliação é vista como um processo investigativo contínuo, constituindo-se como momentos da construção reflexiva, crítica e emancipatória, para que o aluno possa de fato obter as competências necessárias para exercer sua profissão após formado pelo curso, conforme estabelecidas neste documento.

Ressalte-se, portanto, que nesta concepção que o curso tem da avaliação, este processo não é rígido e ou imutável, uma vez que diferentes momentos, ou nas diferentes disciplinas do curso, chega-se no momento em que as práticas avaliativas, além daqueles padrões (Provas) prevista no regimento de cursos da UFGD, o professor tem a liberdade ímpar de criar outros instrumentos e momentos para avaliar o desempenho do aluno em sua disciplina. Na realidade, a avaliação no curso é considerada como um momento de auto reflexão do curso, do corpo docente e do corpo discente, que pode afetar a maneira de se ensinar e aprender.

Neste projeto pedagógico o processo de avaliação do ensino-aprendizagem se pauta pelas seguintes suposições:

1. Um momento de construção de conhecimentos para aluno e professor.
2. Um momento de efetivação do compromisso para se alcançar os objetivos do curso.
3. Uma forma de reorientar atividades, práticas didáticas, conteúdos em sala de aula.
4. Uma estratégia para estabelecer o compromisso do aluno com a construção de seu conhecimento.
5. Um processo dinâmico de *feedback*, que visa melhor interagir com ética e respeito o corpo docente e discente, frente as divergentes ideias e forma de expressar o que precisa ser ensinado e o que se aprende.
6. Um momento em que o aluno pode revelar sua visão, sua percepção e sua capacidade de aprender, por meio de um processo crítico e analítico revelado em documentos ou qualquer outro instrumento adotado para avalia-lo.

Quanto aos elementos que constituem o processo da avaliação do ensino-aprendizagem no curso, destaca-se os seguintes formatos: a Avaliação diagnóstica, a Avaliação Formativa e a Avaliação somativa.

1. Avaliação diagnóstica: é a apreciação sistemática e contínua para avaliar o desempenho do alunos em diversos momentos (trabalhos, seminários, provas, dinâmica de grupo,

estudo de caso, debates, simulações), exigindo do professor o preparo e competências, para observar, mensurar e analisar o comportamento ou qualquer ação que o aluno manifeste em sua disciplina, de forma, reavaliar seus instrumentos de ensino e, estabelecer em caso de desempenho fraco por parte do aluno nas atividades avaliativas, mecanismos para melhorar a apropriação dos conhecimentos.

2. Avaliação Formativa: corresponde à identificação e à mensuração do aproveitamento do aluno em relação ao que foi ensinado e o que foi apropriado como conhecimento pelo aluno. Esta avaliação constitui-se no estabelecimento de objetivos a curto, médio ou longo prazo, adotando-se as práticas pedagógicas necessárias para a apropriação do conhecimento. O desempenho do aluno passa ser um indicador de verificação do alcance do objetivo proposto para a disciplina ou para as aulas que ocorrem ao longo do período letivo.

3. Avaliação somativa: completando a avaliação formativa, esta avaliação objetiva diagnosticar em que grau os objetivos do curso e das disciplinas foram atingidos, tendo-se como parâmetros, a realidade do aluno antes do processo de ensino-aprendizagem e os resultados alcançados no transcorrer do curso.

7.2. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

De modo geral, a prática avaliativa no curso de Administração da UFGRD se resume num processo complexo e sistemático de construção de conhecimento em todas as dimensões que envolve o curso quanto ao plano institucional, fornecendo indicadores para tomadas de decisões e reavaliação das propostas instituídas para a formação de bacharéis em administração no âmbito do curso. Esta prática se constitui num processo participativo e intrínseco neste projeto pedagógico, visando:

- a) fornecer indicadores de desempenho de alunos e professores;
- b) apontar fragilidades didáticas, estruturais e pedagógicas;
- c) subsidiar a formulação e implantação de controles e ações corretivas;
- d) indicar se as metas e objetivos institucionais e do curso estão sendo alcançadas;
- e) verificar a adequação dos métodos e práticas de ensino nas disciplinas do curso;
- f) fornecer dados quantitativos e qualitativos quanto ao desempenho dos professores; alunos e organizacional;
- g) Subsidiar o Núcleo Docente Estruturante do curso na atualização ou adaptação do PPC às demandas indicadas nas avaliações; e
- h) fornecer para o professor indicadores de seu desempenho e compromisso com a

apropriação do conhecimento do aluno.

Todo o processo da avaliação do ensino-aprendizagem no curso de Administração da UFGD inicia-se nas estratégias e metas firmadas em diferentes estágios, compreendendo:

1. As competências, habilidades e valores firmados no plano institucional via PDI;
2. Os objetivos do curso e perfil do egresso firmado no Projeto Pedagógico;
3. Os objetivos da disciplina e competências, saberes, conhecimentos estabelecidos no plano de ensino de cada unidade curricular;
4. Reavaliação curricular em reuniões do NDE do curso; e
5. As competências, as habilidades, os valores e o comportamento ético para o administrador instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração no Brasil.

Basicamente, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem no curso de Administração contempla seis momentos:

1. Avaliação Externa (SINAES) feita por avaliadores externos que fazem parte do Banco de Avaliadores do MEC/INEP, o ENADE – prova realizada pelo aluno;
2. Avaliação Interna, contemplando a auto avaliação do curso, a avaliação da apropriação do conhecimento pelo aluno;
3. Momento de reavaliação curricular pelo NDE;
4. Planejamento das ações da reorganização da matriz curricular, das unidades curriculares, do PPC;
5. Reavaliação do professor sobre sua didática e dinâmica de aula, com vistas a apropriação de conhecimentos por parte do aluno; e
6. Retorno ao aluno sobre o seu desempenho quantitativo e qualitativo em atividades realizadas no curso e nas disciplinas, para sua aprovação ou reprovação.

Quanto ao corpo docente a Resolução nº. 53, de 01 de julho de 2010, do CEPEC/UFGD, que estabelece que os alunos sejam submetidos a diferentes tipos de avaliações quantitativas e também momentos de auto avaliação de competências feitas pelo aluno (avaliação qualitativa):

- a) No mínimo 2 (duas) provas por período letivo;
- b) Trabalhos individuais ou em grupos;

- c) Trabalho em sala de aula ou trabalhos realizados fora de sala de aula;
- d) Projetos individuais ou em grupo definidos em programas de aprendizagem no curso ou nas disciplinas - (Estágio, Trabalho de conclusão de curso, Projeto de ensino, projeto de pesquisa, atividades complementares);
- e) Simulações empresariais;
- f) Estudos de casos;
- g) Auto avaliação feita pelo aluno ou grupo (capacidade do aluno a capacidade de avaliar o seu desempenho/trabalho); e
- h) Seminários, projetos de ensino, projetos de pesquisa e extensão universitária.

No Quadro 13 estão sumarizadas as metodologias de avaliação da aprendizagem e relacionadas com os resultados e produtos esperados.

Quadro 13 - Relação das diferentes metodologias de avaliação da aprendizagem no curso

Avaliação	Resultados e Produtos
• Avaliação de Disciplinas • Avaliação de Projetos • Avaliação de simulações empresariais • Avaliação de aulas Práticas • Avaliação de competências (avaliação qualitativa) • Auto avaliação do aluno • Avaliação de seminário e apresentação de trabalhos	• Aprovação • Reprovação • Prova substitutiva • Exame • Orientação para aprimoramento das competências • Orientação para melhoria administrativa • Orientações para reavaliação da matriz Curricular • Orientações para reavaliação das unidades curriculares • Orientações para melhorias pedagógicas • Orientações para melhoria do corpo docente • Orientações para atualização, reformulação do PPC • Orientações para a coordenação do curso, NDE e coordenadoria do curso • Revisão das metodologias de ensino

Em relação à avaliação do corpo docente, existe na UFGD, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, um instrumento (questionário padronizado), parte do qual contempla a avaliação do professor, anualmente, e cujo resultado tem como intuito dar o retorno ao professor acerca de seu desempenho, de modo a indicar as habilidades e áreas a serem melhoradas, bem como as dificuldades a serem superadas com o intuito de continuamente melhorar a qualidade do ensino no curso.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em:

http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?iIDMUN=100150033. Acesso em: 03 dez. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Disponível em:

<http://www.cfa.org.br/arquivos/selecionaitem.php?p=selecionaitem.php&coditem=49>. Acesso em: 15 dez. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/arquivos/>.

Acesso em: 02 dez. 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum. Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/IMPERATORE-2019-Livro-Curricularizacao-da-Extensao-1.pdf> . Acesso em: 27 ago. 2022.

MENDES, O. M. Avaliação formativa no ensino superior: reflexões e alternativas possíveis. In: VEIGA, I. P. A.; NAVES, M. L. P. (Org.). Currículo e avaliação na educação superior. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005, p.175-198.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº. 04 de 13 de julho de 2005. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf. (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº. 05 de 14 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-5-de-14-de-outubro-de-2021-352697939>. (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução Nº 7, DE 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. (Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira).

SILVA, V. F. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. Caderno Prudentino de Geografia, n. 34, v. 2, p. 97-119, ago./dez.2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, UFGD. Propostas e diretrizes para a implantação do REUNI na UFGD. Resolução nº. 89 de 01 de setembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, UFGD. Regimento da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Resolução nº. 58, de 16 de maio de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, UFGD. Regime Acadêmico Emergencial por Módulos e Fases. (RESOLUÇÃO N.º 04, DE 02 FEVEREIRO DE 2021). Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/>. (Consolidada com as alterações das seguintes Resoluções: Resolução CEPEC/UFGD nº 46, de 05/04/2021 e Resolução CEPEC/UFGD nº 117, de 08/06/2021).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, UFMS. Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração, 2006.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dourados>. Acesso em: 20 nov. 2008.

TERRAS INDÍGENAS, População nas terras indígenas 2014. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3656#demografia>. Acesso em: 19 abr. 2022.